



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

EVA CRISTINA DE CASTRO BORGES

**PERFIL DOS POBRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2003**

**SALVADOR
2005**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

EVA CRISTINA DE CASTRO BORGES

**PERFIL DOS POBRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2003**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wilson Ferreira Menezes

**SALVADOR
2005**

EVA CRISTINA DE CASTRO BORGES

**PERFIL DOS POBRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2003**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Salvador, Novembro de 2005

Banca Examinadora:

Professor Antônio Wilson Ferreira Menezes _____
Universidade Federal da Bahia

Professora Ângela Borges _____
Universidade Católica do Salvador

Professor Paulo Antônio Freitas Balanco _____
Universidade Federal da Bahia

Professora Maria Brandão _____
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas aquelas pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente a DEUS, que esteve sempre tão presente em todos os momentos de minha vida.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Wilson Menezes, por ter aceitado assumir minha orientação em andamento. Ele não somente desempenhou uma excelente orientação, sempre com idéias e sugestões que me estimularam a prosseguir, como também desempenhou o papel de amigo nos momentos de desânimo.

Agradeço também a José Sérgio Gabrielli de Azevedo que me orientou no início do processo necessitando, no entanto, afastar-se.

A Sônia Rocha, um agradecimento especial pelo esclarecimento de dúvidas acerca da metodologia de cálculo das linhas de pobreza.

Aos meus pais, Nancy e Francisco, aos meus irmãos, Ricardo e Letícia, pelo carinho e apoio que sempre me deram e têm me dado nesta etapa tão importante da minha vida.

Ao meu marido, Ricardo Dib, pelo incentivo e apoio, acreditando sempre na minha capacidade de desenvolver este trabalho.

Aos meus amigos, que me incentivaram a prosseguir sempre sem desanimar. Em especial a Mirtes, Carol, Eneida, Meire, Virgínia e Elissandra que, mesmo estando passando por processo semelhante ao meu, souberam encontrar tempo

para me encorajar a finalizar este trabalho. A Leormínio que me incentivou e contribuiu sempre com sugestões.

Aos colegas da PED, em especial, a Vittorio, Noêmia, Vera, Maria, Márcio, Ana Maria e Marcela. Sem esquecer de Vânia Moreira, coordenadora da PED, uma grande incentivadora que concedeu-me a base de dados para estudos.

Ao corpo técnico da biblioteca e aos funcionários da secretaria do curso de mestrado em economia da Faculdade de Ciências Econômicas.

O bicho

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os
dejetos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um
homem.

(Manuel Bandeira).

RESUMO

Este trabalho delinea o perfil da população pobre em comparação com a população não-pobre da Região Metropolitana de Salvador. Foram feitas comparações estatísticas utilizando diversas características pessoais das duas populações, a fim de traçar um perfil destes dois grupos. Além disso, foi realizada uma análise econométrica, utilizando para isso um modelo logit. Buscou-se, com isso, verificar quais características possuíam maior influência na probabilidade das pessoas serem pobres ou não. Através desses procedimentos constatou-se, por exemplo, que a cor negra, baixa escolaridade e a presença de crianças na família do indivíduo são características que estão associadas a maior probabilidade deste indivíduo pertencer a uma família pobre.

Palavras-chave: pobreza, discriminação, mercado de trabalho.

ABSTRACT

This essay delineates the profile of the poor population in comparison with the not-poor population of the Metropolitan Region of Salvador. Some statistical comparisons were made using diverse personal characteristics of the two populations in order to trace a profile of these two groups. Moreover, an econometrical analysis was carried out, based on a logit model. The objective was to verify which characteristics had a bigger influence on the probability of the people to be poor or not. The results indicate that there are certain characteristics associated to a higher probability of a person belonging to a poor family, for example being black, having a low education level and the presence of children in the family.

Key words: poverty, discrimination, labor market.

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Composição e principais características da cesta alimentar na Região Metropolitana de Salvador.....</i>	<i>32</i>
<i>Tabela 2 – Linhas de pobreza segundo as regiões metropolitanas em cruzeiros de setembro de 1990.</i>	<i>34</i>
<i>Tabela 3 - Linhas de pobreza segundo as regiões metropolitanas em reais de dezembro de 2003.</i>	<i>35</i>
<i>Tabela 4 - Distribuição do rendimento real entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal na Região Metropolitana de Salvador nos anos de 1997 a 2003(1).</i>	<i>38</i>
<i>Tabela 5 – Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Gênero – 1997-2003</i>	<i>42</i>
<i>Tabela 6 – Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Faixa etária– 1997-2003</i>	<i>43</i>
<i>Tabela 7 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Cor– 1997-2003</i>	<i>43</i>
<i>Tabela 8 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Escolaridade– 1997-2003</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 9 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Posição na família – 1997-2003</i>	<i>46</i>
<i>Tabela 10 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS –Gênero - 1997-2003</i>	<i>47</i>
<i>Tabela 11– Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003</i>	<i>48</i>
<i>Tabela 12 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003.....</i>	<i>49</i>
<i>Tabela 13 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003</i>	<i>50</i>
<i>Tabela 14– Taxas de desemprego da população pobre e não-pobre da RMS – 1997-2003.....</i>	<i>51</i>
<i>Tabela 15 - Taxas de participação da população pobre e não-pobre da RMS – 1997-2003 ...</i>	<i>53</i>
<i>Tabela 16 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Gênero - 1997-2003</i>	<i>54</i>
<i>Tabela 17 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003</i>	<i>55</i>
<i>Tabela 18– Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003</i>	<i>56</i>
<i>Tabela 19 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003</i>	<i>56</i>

<i>Tabela 20 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Jornada - 1997-2003</i>	57
<i>Tabela 21 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Tempo de serviço - 1997-2003</i>	58
<i>Tabela 22 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Setor de atividade - 1997-2003</i>	59
<i>Tabela 23 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Posição na família - 1997-2003</i>	60
<i>Tabela 24 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Gênero - 1997-2003</i>	61
<i>Tabela 25 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003</i>	62
<i>Tabela 26 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003</i>	63
<i>Tabela 27 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003</i>	63
<i>Tabela 28 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Jornada - 1997-2003</i>	64
<i>Tabela 29 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Tempo de serviço - 1997-2003</i>	65
<i>Tabela 30 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Setor de atividade - 1997-2003</i>	66
<i>Tabela 31 – Resultados do modelo logit</i>	73

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1- Distribuição da população que vivia com menos de 1 dólar por dia.</i>	<i>18</i>
<i>Figura 2– PIB e número de pobres do Brasil. 1995-1999</i>	<i>19</i>
<i>Figura 3 – Simulação das opções extremas para o estabelecimento de LI e LP (metrópole de São Paulo – outubro de 1987).....</i>	<i>28</i>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LI	Linha de Indigência
LP	Linha de Pobreza
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Bruto
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SC	Setor Censitário
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SETRAS	Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte
ZI	Zona de Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	18
2.2 SOBRE O CONCEITO DE POBREZA	24
2.3 SOBRE A MENSURAÇÃO DA POBREZA	26
2.3.1 Renda familiar <i>per capita</i> e renda familiar por adulto-equivalente	27
3. ANÁLISE DESCRITIVA DA POPULAÇÃO POBRE E NÃO POBRE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.	30
3.1 BASE DE DADOS	30
3.2 DELIMITAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	31
3.2.1 Estimação da linha de pobreza	31
3.2.2 Cálculo do rendimento familiar <i>per capita</i>	35
3.2.3 Distinção da população pobre da não pobre	36
3.3 PERFIL DA POPULAÇÃO	37
3.3.1 Características pessoais	38
3.3.2 Algumas evidências empíricas	41
4. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM FAMÍLIAS POBRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.	67
4.1 DELIMITAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	67
4.2 DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS	70
4.3 RESULTADOS ENCONTRADOS	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE A – CÁLCULO DO INPC AGREGADO DESPESAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO PARA A RMS	87
APÊNDICE B – CÁLCULO DO INPC AGREGADO TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO PARA A RMS	89
APÊNDICE C - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DOS ITENS ALIMENTARES E NÃO-ALIMENTARES POR CATEGORIAS PARA A RMS	91

1 INTRODUÇÃO

A pobreza e as suas causas e sintomas é um tema muito explorado por diversos pesquisadores. Ainda assim é um tema que necessita ser mais pesquisado devido à sua importância para a sociedade. Cabendo, neste contexto, o estabelecimento de políticas públicas que visem minimizar este problema social. Desta forma, faz-se necessário o estudo deste tema para o conhecimento de suas características visando estabelecer políticas de combate a tal situação.

Ao se tratar da pobreza algumas dificuldades surgem. A primeira dificuldade consiste em conceituar o que é pobreza. Aparentemente é fácil identificar se um indivíduo é pobre ou não. No entanto, apesar de todo indivíduo possuir uma noção do que é pobreza, a dificuldade está em se estabelecer um conceito para correta mensuração, que consiga abranger todas aquelas pessoas que estão nesta condição e não englobe aquelas que não estão.

Uma outra dificuldade que aparece é, a partir do conceito escolhido, a obtenção de dados para mensuração. Com isso, faz-se necessário muitas vezes adaptar o conceito a ser utilizado aos dados disponíveis.

Os dois conceitos de pobreza mais utilizados são: o que considera a pobreza em termos absolutos ou o que considera a pobreza em termos relativos. O conceito de pobreza absoluta estabelece um padrão mínimo de sobrevivência e todas aquelas pessoas que estiverem abaixo deste padrão são consideradas pobres. Já o conceito de pobreza relativa compara os indivíduos de diferentes níveis sociais, estabelecendo a pobreza em relação àquelas pessoas que tem um melhor padrão. A pobreza relativa não está diretamente relacionada com a satisfação de níveis necessários a sobrevivência e sim com a comparação das pessoas que têm menos com as que têm mais.

Neste trabalho será adotado o conceito de pobreza absoluta, visto que no Brasil ainda se possui um grande contingente de pessoas que não tem suas necessidades básicas atendidas ou nem mesmo possuem o suficiente para sobrevivência.

A forma de mensuração desta pobreza também possui diversas abordagens. Uma dessas abordagens observa o suprimento das necessidades básicas, nutricionais, vestuário, transporte e lazer através do consumo. Uma outra abordagem verifica o nível de rendimento mínimo necessário ao suprimento destas necessidades. Esta última abordagem é mais utilizada devido à dificuldade de acesso aos dados de consumo dos indivíduos.

Apesar das informações sobre consumo serem mais eficientes para o trabalho a ser realizado em termos de estimativas, neste trabalho, devido às restrições empíricas da base de dados, será utilizado o nível de rendimento para o cálculo da linha de pobreza.

A linha de pobreza adotada é composta de duas partes: uma alimentar, onde é calculado o valor necessário para a aquisição da cesta alimentar que possui os valores nutricionais mínimos para sobrevivência; e outra não alimentar, composta de gastos com habitação, artigos de residência, vestuário, transporte, comunicação, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais e outros. A soma destes dois valores determina a linha de pobreza escolhida. A partir deste valor encontrado serão relacionados os padrões de rendimento com a condição ou não de pobreza.

O rendimento utilizado para a delimitação da população pobre e não-pobre será a soma do rendimento declarado por todos os componentes da família dividido pelo número de componentes. O motivo de utilizar o rendimento familiar é que a família é um núcleo que redistribui os recursos internamente. O que se observa é que a família espalha entre seus componentes as vantagens adquiridas, tais como a utilização do rendimento obtido pelos membros da família para atender as necessidades daqueles membros que não possuem rendimento sendo, desta forma, um fator redutor da pobreza.

O rendimento a ser utilizado para o estudo será então o rendimento familiar per capita. Aqueles indivíduos que possuírem o rendimento familiar per capita inferior a linha de pobreza serão considerados pobres, e aqueles cuja renda seja igual ou maior que o valor mínimo necessário serão considerados não-pobres.

A base de dados utilizada é a base da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS¹, que não possui informações acerca do consumo, nem ganhos com aluguéis ou aplicações; restringindo as informações de rendimento a: rendimento do trabalho, pensões e aposentadorias. Apesar disso, a base PED/RMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho e da população local.

Acredita-se que as características do indivíduo influenciam na sua inserção no mercado de trabalho e na sua remuneração, e, conseqüentemente na razão de probabilidade a favor dele ser pobre. Assim, neste trabalho procura-se estudar a importância dos atributos pessoais e produtivos, dos indivíduos e dos componentes das suas famílias na Região Metropolitana de Salvador, na probabilidade de estas pessoas serem pobres ou não. Admite-se aqui que estas características (físicas, sociais, adquiridas) apresentam relação com a existência de famílias que são capazes de conseguir um rendimento suficiente para estarem acima da linha de pobreza e outras não. Sendo que alguns fatores possuem maior impacto do que outros. Será utilizado um modelo probabilístico que busca estimar probabilidades diferenciadas de uma família ter renda abaixo da linha de pobreza, em função de atributos dos indivíduos que compõe a família: sexo, cor, idade, grau de instrução, situação ocupacional, posição na família.

O problema consiste em saber qual a relação das diversas características dos indivíduos pertencentes a família com a possibilidade destes estarem abaixo da linha de pobreza. Esta questão é uma distribuição multivariada, que será modelada para avaliar os impactos do conjunto de influências sobre o resultado final.

O modelo a ser utilizado é a regressão com variável dependente dicotômica (ser pobre ou não). Existem algumas abordagens para este tipo de regressão, a abordagem escolhida para ser

¹ A PED/RMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia - SEI, órgão da Secretaria do Planejamento - SEPLAN e da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, em parceria com o DIEESE, Fundação SEADE e Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Ciências Econômicas. Ela é realizada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro do Estado da Bahia. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais quatro regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo) e no Distrito Federal (Brasília).

utilizada aqui será o modelo logit. A variável dependente aqui utilizada será a razão de probabilidade de ser pobre ou não. E as variáveis independentes serão os diversos atributos dos indivíduos que compõem a família.

A questão a ser observada é qual a intensidade com que as variáveis afetam a probabilidade em favor de ser pobre; o significado das variáveis; os retornos por anos distintos de escolaridade, por exemplo; a avaliação qualitativa dos diferenciais; ou seja, quais características influenciam na razão de probabilidade da família ser pobre e qual a intensidade desta influência.

A análise é estática, não existe comparação intertemporal, logo verifica-se a probabilidade de tal família ser pobre ou não. Isto ocorre porque a base permite comparações intertemporais, mas não na condição de pobreza da mesma família, pois a pesquisa não acompanha uma mesma família em mais de um período no tempo.

A importância deste trabalho aparecerá através da sinalização de mecanismos ou atributos de ascensão social, de forma que seja possível o delineamento de políticas e programas de combate a pobreza.

O trabalho encontra-se dividido em cinco partes. Além desta introdução e da conclusão, consta o capítulo 2 onde é feito um levantamento de algumas teorias acerca da pobreza relacionada com atributos tais como gênero, educação, cor, sexo.

No capítulo 3, após fazer um breve detalhamento da base de dados a ser utilizada, serão comentadas algumas tabelas de estatísticas comparativas referentes aos pobres e não-pobres da Região Metropolitana de Salvador.

No capítulo 4, será explicada a metodologia utilizada para o cálculo do logit, o motivo da sua escolha e o comentário dos resultados encontrados com a utilização desse modelo econométrico.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

É inegável que a pobreza constitui hoje um dos principais problemas sociais não só do Brasil como do mundo. Segundo o relatório do Banco Mundial (2002) dos 6 bilhões de habitantes, existentes no mundo na época em que esse relatório foi realizado, 2,8 bilhões viviam com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhões, um quinto da população, com menos de 1 dólar por dia. Sendo que pode-se observar pela Figura 1 que 43,5 % desta população estava no Sul da Ásia enquanto que a América Latina junto com o Caribe somavam 6,5% desta população.

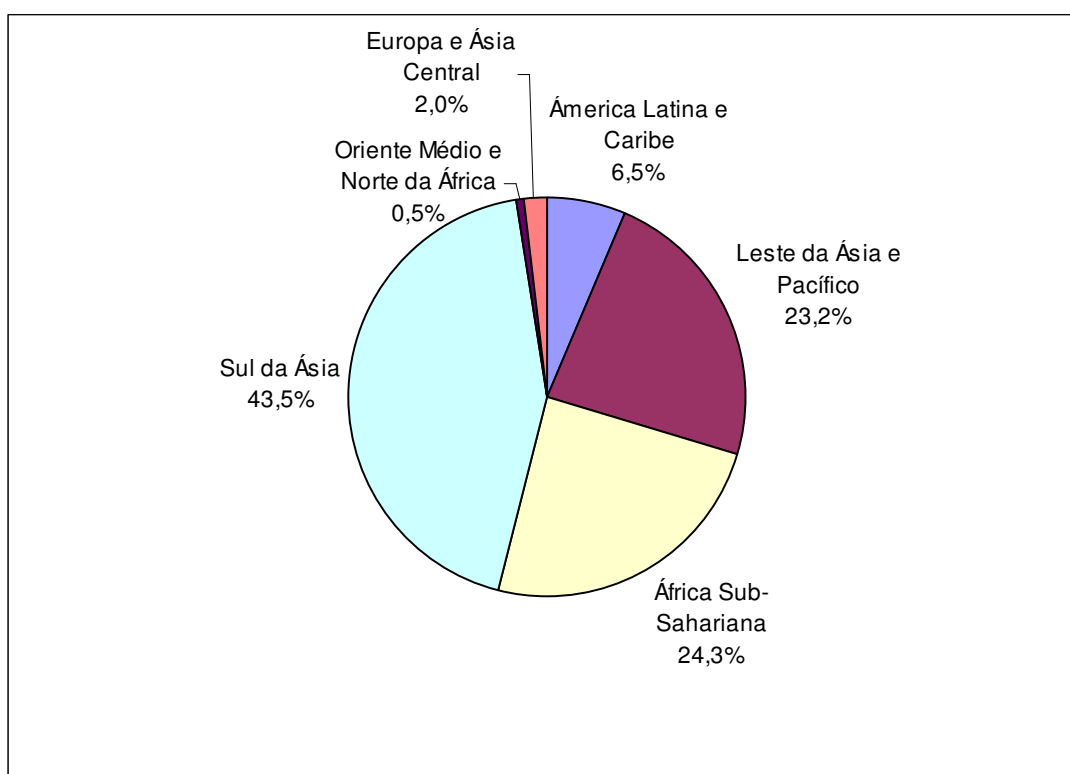


Figura 1- Distribuição da população que vivia com menos de 1 dólar por dia.

Fonte: Banco Mundial, 2000.

Outro ponto que este relatório destaca é que essa situação permanece crítica embora a riqueza global e a capacidade tecnológica no mundo nunca tenham sido maior. A grande questão é que a distribuição destes recursos é extremamente desigual. A idéia de pobreza está intimamente

ligada à má distribuição de recursos apesar de não serem a mesma coisa. A pobreza em meio à abundância é o maior desafio que o mundo enfrenta.

Se a discussão se detiver apenas em termos de Brasil nota-se que a constante presença de segmentos populacionais vivendo em condição de pobreza constitui parte integrante da histórica expansão econômica do Brasil. Mesmo durante fases de crescimento da riqueza, o empobrecimento de parcela de seu povo foi uma marca inquestionável. No Figura 2 pode-se observar que mesmo ocorrendo o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, nos últimos 5 anos da década de 90, o número de pobres não reduziu no período.

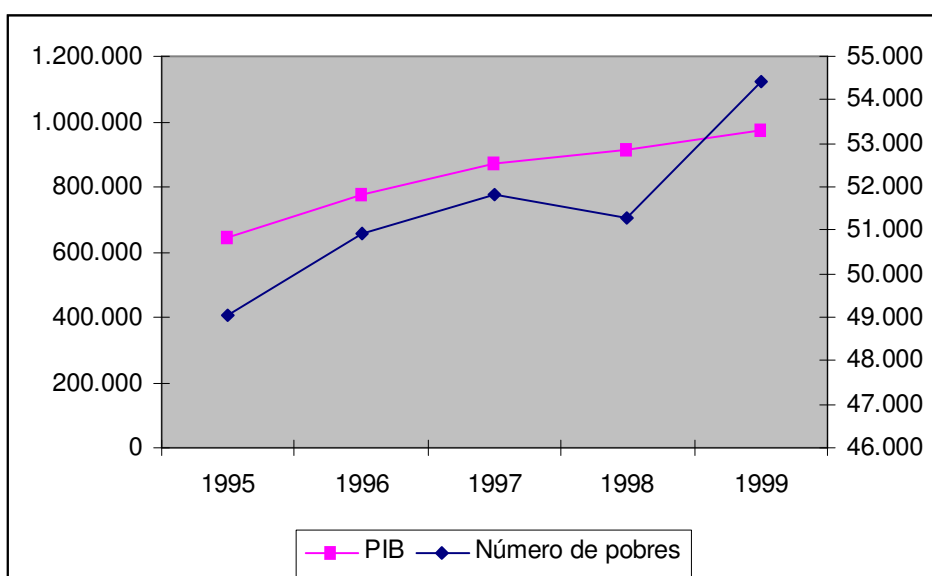


Figura 2– PIB e número de pobres do Brasil. 1995-1999

Fonte: IBGE/ ROCHA, 2000.

Nota: O PIB está apresentado em milhões de reais e o número de pobres em mil pessoas.

Acredita-se que essa persistência de elevados níveis de pobreza, apesar do crescimento do produto, sugere que esta questão deve estar ligada a fatores estruturais, diretamente relacionados ao processo de geração de renda das famílias pobres. Isto sugere que, para entender as razões pelas quais o Brasil apresenta um elevado e persistente nível de pobreza é necessário estudar os principais determinantes da renda dos indivíduos (BARROS; CAMARGO, 1994).

A forma como os recursos humanos são usados e remunerados é um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade. Levando em consideração que o rendimento do trabalho é a principal fonte de renda das famílias, quanto mais eficaz é a forma de alocação dos recursos humanos disponíveis no mercado de trabalho e quanto melhor a remuneração recebida por aqueles que estão engajados em atividades econômicas, menor será o nível de pobreza predominante. Tendo em vista que a alocação e a remuneração dos recursos humanos disponíveis dependem, em grande parte, do funcionamento do mercado de trabalho, chega-se a conclusão que o nível de pobreza pode ser bastante afetado pelo funcionamento desse mercado (BARROS; CORSEUIL; LEITE, 2000; ROCHA, 2000).

As diferenças no rendimento do trabalho são resultado da maneira pela qual o mercado de trabalho age acerca das características individuais, sendo elas adquiridas ou não, visto ser o mercado de trabalho o principal canal de transformação destas características em renda. Esta desigualdade de rendimentos pode ser gerada por diferenças nas características que influenciam na capacidade do indivíduo ou pela discriminação em relação a características que não alteram a capacidade do indivíduo.

Dado que certos grupos são discriminados ao procurar ou desenvolver uma atividade econômica, eles serão também subremunerados e, provavelmente, subempregados. Considera-se que existe discriminação no mercado de trabalho sempre que trabalhadores engajados em postos de trabalho homogêneos e igualmente produtivos, exceto por diferenças em atributos não produtivos² são remunerados diferentemente num mesmo segmento. Aqueles trabalhadores; com a mesma dotação de atributos econômicos³, mas com menor remuneração são discriminados. Sendo assim, um dos fatores que podem contribuir para uma distribuição desigual da renda é a existência de discriminação em relação a diferenças entre indivíduos no que diz respeito às características natas, como raça, gênero, etc.

² Atributos não produtivos são todas as características que não influenciam no desempenho da atividade. Por exemplo: gênero e cor.

³ Atributos produtivos ou econômicos são aqueles que influenciam no desempenho da atividade. São exemplos: nível de escolaridade e tempo de experiência. Nesse trabalho esses atributos também são chamados de características adquiridas.

Um outro fator que tem influência nesse processo, mas não tem relação com discriminação, é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características individuais adquiridas, como nível educacional, experiência profissional, etc.

É importante ressaltar que a desigualdade no rendimento não tem só um fator determinante, ela é atributo de uma distribuição, de um longo espectro de rendas, cada uma delas determinada por uma grande variedade de causas e fatores e que essas causas são variadas e complexas. As influências das diversas características do indivíduo no processo de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na apropriação da renda se interrelacionam. Desta forma, ao se considerar acerca de uma característica é necessário ter em mente esta interação (FERREIRA, 2000).

Em relação à característica escolaridade Ferreira (2000), por exemplo, diz que uma divisão da sociedade entre grupos com níveis distintos de escolaridade continua a responder por entre um terço e metade da desigualdade total, mesmo levando em conta o efeito de essas pessoas terem raças e/ou gêneros diferentes, e trabalharem em setores e regiões distintas, com níveis de experiência particulares. A educação se mostra, em diversas decomposições realizadas em seu trabalho, como um proeminente determinante da renda familiar *per capita* do brasileiro.

Outro ponto a se levar em consideração em relação à questão da escolaridade é que esta não está só relacionada a uma melhor inserção no mercado de trabalho. O aumento da educação leva também a melhores resultados em termos de saúde. A melhoria da saúde aumenta o potencial de renda. Gerando com isto um ciclo de melhoria de qualidade de vida (RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL, 2002).

Outra característica muito estudada é o gênero. Dentro das próprias famílias é possível encontrar as diferenças de gênero, com sua típica divisão sexual do trabalho. Estas diferenças estão presentes na estruturação de distintas instituições sociais, incluindo aquelas que orientam as pautas mais profundas da socialização e da transmissão da cultura. A partir das diferenças sexuais, “estabelecem-se identidades, desempenham-se papéis específicos, definem-se os âmbitos da ação dos indivíduos dentro do espectro institucional e societal e, além disso,

conformam-se vias muito desiguais de acesso ao poder e aos recursos” (SALLES; TUIRÁN, 2003, p. 70).

Essas diferenças relativas ao gênero se manifestam em diversas formas tais como: a disponibilidade de menor educação e de oportunidades de trabalho para as mulheres, que ficam restritas muitas vezes, a ocupações com baixos salários e precárias; tendo a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos ficando sujeita a dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho (SALLES, TUIRÁN, 2003).

Essas desigualdades de gênero dão lugar a uma série de interações, levando a uma acumulação de desvantagens que:

expõem as mulheres e as tornam mais vulneráveis às condições de privação e de pobreza. Assim, as situações desvantajosas para as mulheres, originadas no espaço doméstico ou no mercado de trabalho, interatuam com as que determinam a classe social, sua consequência sendo a permanência da mulher pobre em círculos de precariedade dificilmente rompíveis e inserida em redes que se retroalimentam (SALLES, TUIRÁN, 2003, p. 70).

A chefia feminina também tende a ampliar as dificuldades de subsistência; principalmente quando os filhos são menores, na medida em que, além de receberem salários médios mais baixos, as mulheres têm que conjugar o trabalho remunerado com as atividades domésticas e o cuidado das crianças (CARVALHO, 2003).

A questão da cor do indivíduo é também uma questão a ser observada. Os negros historicamente possuem uma pior inserção no mercado de trabalho. A falta de acesso aos melhores postos de trabalho torna muito mais difícil para o negro sua ascensão social. No entanto, um estudo realizado por Menezes (1998) atenta para o fato de que dentro de um mesmo nível de escolaridade os negros gozam praticamente dos mesmos rendimentos que os brancos. As distorções, portanto, estão fundamentalmente associadas a diferenças nas dotações de atributos produtivos desses agrupamentos resultando em condições adversas de acesso às ocupações melhor remuneradas.

A idade igualmente é um fator a ser considerado. Há indicações de que, em média, o idoso está em melhor condição financeira do que o jovem. Em um estudo realizado com base em dados da PNAD de 1977 a 1998 a renda média dos maiores de 60 anos mostrou-se maior que a dos jovens, ou seja, daqueles com menos de 30 anos. Além disso, a proporção de chefes idosos que moram em casa própria é mais elevada que a dos jovens, reforçando a hipótese de que os idosos estão em melhor situação econômica do que os jovens (CAMARANO, 1999).

A participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, considerando os padrões internacionais. Isso está relacionado a uma particularidade muito específica do mercado de trabalho brasileiro, que é a inserção do aposentado.

Os rendimentos da população idosa decrescem com a idade, mas situam-se num patamar mais elevado do que os da população jovem. Os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda das suas famílias. No entanto, a maior parte da renda do idoso provém das aposentadorias e pensões e essa importância tem crescido ao longo do tempo tanto para homens quanto para mulheres. O rendimento dos idosos era responsável por quase 53% do rendimento das famílias que possuía idoso em 1998 (CAMARANO, 2001).

As características citadas são importantes para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e conseqüentemente no seu rendimento e probabilidade de ser pobre. No entanto não apenas as características do indivíduo vão interferir na possibilidade dele ser pobre. Esta probabilidade passa também pelo processo de geração de renda das famílias, visto que:

... representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família opera como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela reprodução cotidiana dos seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas (CARVALHO, 2003, p.117).

A rede de apoio formada pela família utiliza a estratégia do trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos do principal provedor, isto leva a um

aumento dos componentes da família participando da PEA, sendo muitos deles mulheres e jovens, e uma redução da proporção das famílias em que uma só pessoa trabalha (CARVALHO, 2003).

Compreende-se, então, que o perfil do indivíduo e dos componentes da sua família pode influenciar numa má inserção ou discriminação no mercado de trabalho. No entanto, uma determinada família pode ser pobre por diversas razões diferentes. Ao procurar explicitar as razões pelas quais uma família é pobre deve-se analisar as variáveis que determinam a capacidade de geração de renda dos adultos da família. Além de sua capacidade de geração de renda ser baixa, ou seja, os rendimentos obtidos pelo trabalho efetuado não serem suficientes devido a sua precária inserção no mercado de trabalho, pode ocorrer também, que a taxa de desemprego dos adultos membros da família seja elevada. E existe a possibilidade também da combinação destas características (BARROS; CAMARGO, 1994).

Segundo Carvalho (2003), as condições da família nas classes mais pobres acabam por depender da fase do ciclo familiar, do número e características dos seus componentes e da posição destes no grupo doméstico.

Sendo assim, acredita-se neste trabalho que o perfil da população pobre difere da população não-pobre, visto que as características do indivíduo e daqueles que compõem a sua família frente ao mercado de trabalho irão aumentar ou diminuir suas chances de melhores rendimentos e conseqüentemente suas probabilidades de pertencer ou não a uma família pobre.

2.2 SOBRE O CONCEITO DE POBREZA

Ao se trabalhar com o tema pobreza o primeiro problema que surge é: definir o que é pobreza. O conceito de pobreza é algo muito subjetivo, o que se estabelece como pobreza em uma região ou tempo pode não servir em outro lugar e momento. Todo indivíduo possui uma noção do que é pobreza e é capaz de estabelecer um conceito próprio. A dificuldade está em se

estabelecer um conceito para correta mensuração, que consiga abranger todas aquelas pessoas que estão nessa condição e não englobe aquelas que não estão.

Na verdade, poucos conceitos são tão difíceis de se definir como o de pobreza. Deve ela ser definida em termos absolutos ou relativos? Deve ser considerada como “juízo de valor”? É para ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou os aspectos não-econômicos também precisam ser explicados? A pobreza deve ser compreendida em relação à estrutura sócio-política da sociedade de que faz parte ou vista independentemente dessa estrutura? Estas questões – e muitas outras poderiam ser lembradas – ilustram a complexidade de que está imbuído o conceito de pobreza (ROMÃO, 1993, p.05).

Não se pretende encontrar o melhor conceito, até porque se acredita que não existe uma definição inequívoca e esta tentativa por si só seria uma dissertação à parte. O que se pretende aqui é, a partir dos conceitos já existentes, encontrar aquele que melhor se enquadre à região a ser estudada e que seja o mais adequado à base de dados disponível.

As duas vertentes de conceitos de pobreza mais utilizados são: a que considera a pobreza em termos absolutos ou a que considera a pobreza em termos relativos. O conceito de pobreza absoluta estabelece um padrão mínimo de sobrevivência, e todas aquelas pessoas que estiverem abaixo deste padrão são consideradas pobres. Já o conceito de pobreza relativa compara os indivíduos de diferentes níveis sociais, estabelecendo a pobreza em relação àquelas pessoas que tem um melhor padrão. A pobreza relativa não está diretamente relacionada com a satisfação de níveis necessários a sobrevivência e sim com a comparação das pessoas que têm menos com as que têm mais (RAVALLION, 1998; ROCHA, 2003)

A linha de pobreza geralmente é vinculada a uma noção relativa nos países considerados ricos. Nestes países ela é definida de modo mais ou menos arbitrário como função da renda média ou mediana observada.

O conceito a ser utilizado no presente trabalho é o de pobreza absoluta, visto que no Brasil ainda se está longe de alcançar a situação em que todos indivíduos possuam o suficiente para sobrevivência.

Definido que o conceito a ser utilizado será o de pobreza absoluta, necessita-se construir uma medida das condições de vida dos indivíduos nesta sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. A adoção do conceito de pobreza absoluta para o estabelecimento da linha de pobreza reduz o escopo da discussão metodológica, embora permaneçam tópicos polêmicos, como a definição do que sejam necessidades básicas. A linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permitirá considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; ELLWANGER, 1992).

2.3 SOBRE A MENSURAÇÃO DA POBREZA

A forma de mensuração da pobreza também possui diversas abordagens. Uma dessas abordagens é através da observação do suprimento das necessidades básicas, nutricionais, de vestuário, de transporte e lazer; outra abordagem verifica o nível de rendimento mínimo necessário ao suprimento destas necessidades. O primeiro método apreende o número de pessoas e as famílias que não têm ingestão adequada de calorias e proteínas por meio de pesquisas sobre consumo e dados antropométricos. Já no segundo método, a principal variável utilizada é a renda familiar *per capita*, partindo do pressuposto de que a falta de renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem adequadamente. Esta última abordagem é a mais utilizada devido à dificuldade de acesso aos dados de consumo dos indivíduos (ROCHA, 2003; ROMÃO, 1993 ; TAKAGI, SILVA e DEL GROSSI, 2001).

No caso em estudo dispõe-se apenas de dados acerca da renda dos indivíduos, o que leva a necessidade de utilização da última abordagem mencionada. Neste sistema, são consideradas pobres todas as pessoas cuja renda for inferior a um valor estabelecido denominado linha de pobreza.

É importante ressaltar que existem alguns problemas em relação a essa abordagem. Um deles é que a renda é uma medida imperfeita das condições de vida de uma pessoa ou família. Outro problema é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que nesse valor esteja embutido muito de arbitrário (HOFFMANN, 1998).

A linha de pobreza absoluta aqui utilizada é o nível mínimo de rendimento abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres. O rendimento utilizado será o rendimento familiar, visto que a família é um núcleo que redistribui os recursos internamente, além das economias de escala existente nos gastos em família, sendo desta forma um fator redutor da pobreza. A respeito desse assunto Rocha (2003, p.36) ressalta:

O bem-estar das pessoas não depende apenas de suas rendas individuais, mas, principalmente, do resultado da repartição intrafamiliar da renda de todos os membros de cada grupo familiar. Assim, a mensuração da pobreza como insuficiência de renda e da desigualdade de renda, *proxies* do nível e da distribuição do bem-estar, está mais associada à renda familiar, resultado da dinâmica distributiva da família como unidade solidária de consumo e rendimento, do que às rendas individuais.

2.3.1 Renda familiar *per capita* e renda familiar por adulto-equivalente

Um outro tópico a ser considerado ao se concentrar o enfoque na delimitação da pobreza através da renda é a utilização do rendimento familiar por adulto-equivalente em lugar do rendimento familiar *per capita*. Enquanto o cálculo do rendimento familiar *per-capita* consiste em somar todos os rendimentos dos indivíduos pertencentes à família e dividir pelo número de componentes, o rendimento familiar por adulto-equivalente atribui pesos diferenciados para os diferentes indivíduos a depender do seu gênero e faixa etária.

Rocha (1998) dá um exemplo da utilização de pesos utilizando para isso as necessidades calóricas dos indivíduos. Neste exemplo, se a família em estudo fosse constituída de um casal e um filho, o homem entre 18 e 30 anos de idade receberia peso 1, a mulher entre 18 e 30 anos de idade receberia peso 0,721 e a criança do sexo masculino na faixa de 10 a 13 anos receberia peso 0,812.

As vantagens de atribuir pesos aos diferentes componentes da família ocorrem devido ao fato de que cada indivíduo na família capta os recursos disponíveis de forma diferente devido à existência de necessidades diferenciadas em indivíduos de diferentes faixas-etárias e sexo. Com esse procedimento poder-se-ia reduzir a sobre-estimação, pois se a “satisfação das necessidades mínimas de consumo de uma criança tiver um valor inferior à de um adulto, este procedimento poderá delimitar como pobre (ou indigente) um conjunto de famílias em que as crianças estariam indevidamente sobre-representadas” (ROCHA, 1998, p.01).

Apesar deste método apresentar vantagens em relação ao procedimento *per capita*, a falta de discussão acerca desse tema e de material para estudo impossibilitou a utilização deste procedimento neste trabalho. Os trabalhos existentes enfocam a construção da linha de indigência (suprimento das necessidades alimentares) deixando ainda sem resposta o cálculo da parte não alimentar da linha de pobreza.

Opções extremas	Necessidades calóricas	Forma de estabelecimento da cesta alimentar	Valor da Linha de Indigência (Cz\$ out. 1987)	Forma de determinação da despesa não-alimentar	Valor da Linha de Pobreza (Cz\$ out. 1987)
Que minimizam os valores	2.135	Ajuste de 90% para 100% do aporte calórico	793,85	Engel de 0,5 (arbitrário)	1.587,70
	↕	→	↕	→	↕
	Desvio 8,3%		Desvio 49,8%		Desvio 126,9%
Que maximizam os valores	2.313	Cesta observada	1.188,98	Engel de 0,33 (observado)	3.602,97
	↕	→	↕	→	↕

Figura 3 – Simulação das opções extremas para o estabelecimento de LI e LP (metrópole de São Paulo – outubro de 1987)

Fonte: Rocha,2003.

As diferenças existentes entre os diversos conceitos e formas de mensuração da pobreza e a limitação das fontes de dados dificultam comparações entre os trabalhos existentes. A Figura 3

foi apresentada por Rocha (2003) para exemplificar até que ponto opções metodológicas diversas tem o poder de afetar os valores das linhas de pobreza

O que é importante ter em mente é que após a escolha do método a ser utilizado, qualquer que seja ele, os resultados obtidos a partir daí, em termos de medições e indicadores de pobreza, assim como suas implicações para uma futura política social devem ser consideradas tendo em mente todos os pressupostos e procedimentos utilizados neste método para a estimação da pobreza.

3. ANÁLISE DESCRITIVA DA POPULAÇÃO POBRE E NÃO POBRE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.

Este capítulo procura expor os diferenciais de perfil da população pobre em relação à população não pobre na Região Metropolitana de Salvador nos anos de 1997 e 2003. Será realizada aqui uma comparação das características pessoais e adquiridas destes dois segmentos da população.

3.1 BASE DE DADOS

A PED/RMS é uma pesquisa amostral por domicílios. Nesta pesquisa são coletadas informações mensalmente através de entrevistas diretas com moradores de dez anos ou mais de idade e indiretas com moradores menores de 10 anos, em aproximadamente 2.500 domicílios da RMS, resultando na aplicação de cerca de 9.000 questionários por mês na área urbana dos dez municípios que compõem essa região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

A área da RMS está subdividida em 17 distritos, 22 subdistritos, 165 zonas de informação (ZI) e 2243 setores censitários (SC). Para o sorteio dos domicílios a serem pesquisados é utilizada uma metodologia que produz uma amostra equiproporcional em dois estágios. Num primeiro momento os setores são sorteados dentro de cada zona de informação e em seguida os domicílios são sorteados dentro de cada setor censitário.

A PED dispõe de informações relativas à 609.724 indivíduos no período de outubro de 1996 a setembro de 2004.

3.2 DELIMITAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O primeiro processo de delimitação da base consistiu em selecionar unicamente os casos referentes ao período que compreende os anos de 1997 e 2003. Com esse processo a amostra passou a apresentar 155.378 casos.

O segundo momento baseou-se em estabelecer quais famílias seriam consideradas pobres ou não. Este procedimento foi desdobrado em alguns passos: a estipulação de um valor monetário mínimo necessário para o indivíduo não pertencer ao segmento pobre da população; o cálculo do rendimento familiar *per capita* e a separação dos indivíduos entre aqueles cujo rendimento familiar *per capita* alcançou o valor mínimo estabelecido e os que não o atingiram.

3.2.1 Estimação da linha de pobreza

O procedimento adotado para determinar qual o valor monetário mínimo necessário para que o indivíduo não fosse considerado pobre consistiu em atualizar os valores da linha de pobreza calculada por Rocha (2003, p.65) para a Região Metropolitana de Salvador para setembro de 1990.

Assim, utilizou-se da noção de pobreza absoluta para o cálculo da linha de pobreza. O conceito de pobreza absoluta está atrelado ao atendimento das necessidades vinculadas à sobrevivência física. Desta forma, partiu-se do atendimento às necessidades alimentares e da valoração monetária desse atendimento para encontrar primeiramente o valor da linha de indigência. A partir desse valor e utilizando a base de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)⁴, procurou-se os valores dos bens não-alimentares necessários para que o indivíduo não se encontre abaixo da linha de pobreza.

⁴ A POF é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ela fornece informação acerca de despesas, rendimentos, aquisição alimentar domiciliar *per capita* e avaliação subjetiva das condições de vida, por estratos geográficos e por classe de rendimento mensal.

A composição da cesta alimentar adotada deve garantir a ingestão mínima de nutrientes. A composição da cesta, bem como os seus respectivos valores calóricos encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição e principais características da cesta alimentar na Região Metropolitana de Salvador.

Itens Alimentares	Ingestão diária	
	Peso(g)	Calorias (kcal)
1 Pão	100	269,78
2 Açúcar cristal	68	261,92
3 Farinha de mandioca	72	254,07
4 Feijão - rajado	51	170,25
5 Arroz polido	45	159,77
6 Óleo de soja	14	128,34
7 Carne bovina de 2ª	41	86,44
8 Vísceras (fígado)	21	75,96
9 Margarina vegetal	8	56,31
10 Frango	46	48,46
11 Carne suína	10	47,15
12 Ovos	31	45,84
13 Biscoito	10	43,22
14 Leite pasteurizado	68	41,91
15 Banana - prata	56	35,36
16 Leite em pó integral	7	34,05
17 Macarrão sem ovos	8	30,12
18 Farinha de trigo	7	24,88
19 Carne bovina de 1ª	10	22,26
20 Açúcar refinado	4	13,10
Subtotal	-	1.849,18
21 a 62 outros produtos	-	193,82
Total	-	2.043,00

Fonte: Sonia Rocha, 2003.

Nota: Subtotal corresponde a 90,55 da ingestão calórica e 74,3% da despesa alimentar.

A partir desta cesta de alimentos, foi então estimado o valor monetário necessário para que o indivíduo pudesse adquirir estes produtos.

O próximo passo consistiu em estimar o consumo não-alimentar. O procedimento mais comum é supor que a despesa não-alimentar representa um percentual fixo das despesas totais ao longo do tempo, geralmente o mesmo valor da despesa alimentar. Essa relação entre despesa alimentar e despesa total é chamada de coeficiente de Engel. Este coeficiente é considerado constante no médio prazo. Apesar de esta ser uma prática comum não existe base teórica para corroborar com essa idéia, até porque nas condições econômicas brasileiras é pouco provável que tal estabilidade tenha ocorrido (ROCHA, 2003).

Dado que no Brasil existem informações acerca das despesas das famílias por grupos de despesas, o procedimento aplicado neste trabalho utiliza a base POF através da desagregação das despesas não-alimentares observadas entre as famílias de baixa renda. Rocha (2003) adotou os valores das despesas não-alimentares encontrados entre as famílias que conseguiram atingir as necessidades energéticas mínimas. Ainda assim:

...não há garantia que esse consumo seja o mínimo adequado, mas, como já se disse, não há base teórica para determinar o mínimo adequado quando se trata de consumo não-alimentar. A rigor, trata-se de um procedimento para a determinação da despesa não-alimentar que contempla as escolhas de consumo das famílias segundo determinantes locais de natureza cultural e socioeconômica (ROCHA, 2003, p.61)

As categorias nas quais foram alocados os itens não-alimentares são: habitação, artigos de residência, vestuário, transporte e comunicação, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais e outras.

O cálculo da linha de pobreza considera o somatório dos valores dos itens alimentares e não-alimentares. Rocha fez este cálculo para 9 regiões metropolitanas além de Goiânia e Brasília, utilizando como base o mês de outubro de 1987. Em seguida foram atualizados os dados para setembro de 1990⁵, cujos valores podem ser observados na Tabela 2.

⁵ Como neste período não existia o cálculo do INPC para Goiânia, Rocha utilizou o INPC de Brasília como uma *proxy* para atualização destes valores.

Tabela 2 – Linhas de pobreza segundo as regiões metropolitanas em cruzeiros de setembro de 1990.

Região metropolitana	Alimentar	Não Alimentar	Linha de Pobreza
Belém	2.152,58	2.672,91	4.825,49
Fortaleza	2.091,05	3.113,31	5.204,36
Recife	2.685,87	4.243,13	6.929,00
Salvador	2.721,26	5.232,50	7.953,76
Belo Horizonte	2.248,07	4.596,77	6.844,84
Rio de Janeiro	3.117,37	5.212,03	8.329,40
São Paulo	3.273,72	5.601,58	8.875,30
Curitiba	2.562,92	4.570,83	7.133,75
Porto Alegre	2.502,05	2.450,52	4.952,57
Goiânia*	2.051,44	6.040,34	8.091,78
Brasília*	2.159,87	6.397,53	8.557,40

Fonte: ROCHA, 2003.

*Não são metrópoles, mas foram cobertas pela POF.

Para atualizar o valor da linha de pobreza das Regiões Metropolitanas, o procedimento realizado atualizou os valores dos itens alimentares e não-alimentares em reais de dezembro de 2003 utilizando para isso o INPC⁶ por categorias para cada região e levou em consideração as alterações de moeda pelas quais o país passou no período de 1990 a 2003. Os valores atualizados podem ser observados na Tabela 3.

⁶ A partir de janeiro de 1991 o INPC começou a ser calculado também para o município de Goiânia, nos cálculos realizados para este trabalho a partir deste período foi utilizado o INPC – Goiânia deixando de utilizar o INPC-Brasília como uma *proxy*. Além disso, a partir de agosto de 1999, a categoria transporte e comunicação foi desagregada em duas categorias: categoria transporte e categoria comunicação; e a categoria despesas pessoais foi desagregada em despesas pessoais e educação. Como os valores iniciais destas categorias estavam agregados utilizou-se o peso destes índices para reagrupá-los e utilizá-los agregados.

Tabela 3 - Linhas de pobreza segundo as regiões metropolitanas em reais de dezembro de 2003.

Região metropolitana	Alimentar	Não Alimentar	Linha de Pobreza
Belém	40,56	84,75	125,31
Fortaleza	43,30	86,97	130,27
Recife	59,45	113,01	172,46
Salvador	61,21	137,22	198,44
Belo Horizonte	47,06	128,21	175,27
Rio de Janeiro	69,93	161,59	231,52
São Paulo	73,14	186,93	260,07
Curitiba	53,88	116,96	170,85
Porto Alegre	51,11	70,73	121,84
Goiânia	43,76	147,03	190,79
Brasília	44,85	162,86	207,71

Fonte: Cálculos próprios.

Desta forma a linha de pobreza de valor igual a Cr\$ 7.953,76 encontrada por Rocha para setembro de 1990 na Região Metropolitana de Salvador foi atualizada para dezembro de 2003 passando a ser R\$ 198,44.

3.2.2 Cálculo do rendimento familiar *per capita*

A metodologia da PED considera para a composição do conceito de família o conjunto de pessoas, residentes em um domicílio, ligadas por laços de parentesco (consangüinidade, adoção ou afinidade), podendo ainda ser integrado por outros indivíduos não parentes entre si, assim como a pessoa que vive só ou qualquer grupo de no máximo cinco pessoas não aparentadas que residem no mesmo domicílio. A identificação de uma ou mais famílias em um domicílio é obtida a partir da ordenação das relações nucleares (casal), relações primárias (pai, mãe, filho, irmão) e relações secundárias (tio, sobrinho, primo, etc.). Dentro do núcleo familiar é possível o indivíduo ocupar uma das seguintes categorias: chefe, cônjuge, filho, outro

parente, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico e outros.

Para o objeto em estudo não interessa que os empregados domésticos e seus parentes que dormem no domicílio em que trabalham sejam incluídos no núcleo familiar, pois os seus rendimentos poderiam representar dupla contagem visto que os seus salários são pagos pelas famílias as quais residem juntos. Desta forma, os empregados domésticos que moram com seus patrões e, ao mesmo tempo, com seus respectivos parentes foram excluídos da base de dados passando esta a apresentar 153.286 casos.⁷

Para o cálculo do rendimento familiar *per capita*, primeiro foi calculado o somatório de todo rendimento declarado pelo indivíduo. Foi considerado como rendimento o rendimento bruto do trabalho (sem descontos de imposto de renda e previdência), aposentadoria, pensão e seguro desemprego. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Todos os valores declarados foram atualizados pelo INPC geral para dezembro de 2003.

Logo após foi realizada a agregação da base indivíduo para a criação de uma base família que contivesse as variáveis: rendimento total familiar e número de indivíduos na família. Com base nesses dados foi criada a variável rendimento familiar *per capita*.

3.2.3 Distinção da população pobre da não pobre

Todas as famílias que obtiveram rendimento total igual a zero foram excluídas da base⁸. A partir deste procedimento a base passou a ser composta por 138.153 indivíduos.

⁷ Outro ponto a ser observado na metodologia de definição de família da PED é que em domicílios que residam até cinco indivíduos sem relação de parentesco a reunião destes constituem uma família. Acima de cinco indivíduos sem relação de parentesco cada indivíduo passa a constituir uma família.

⁸ Este procedimento foi adotado visando diminuir desvios amostrais. As famílias que possuem rendimento zero não necessariamente são pobres, algumas são compostas por jovens originários do interior do Estado, que são sustentados em Salvador para estudo e outras situações desse gênero.

Aquelas pessoas que obtiveram rendimento familiar *per capita* menor que o valor da linha de pobreza foram consideradas pobres e atribuído a estes indivíduos o valor 1 na variável condição. Seguindo o mesmo raciocínio, as pessoas que obtiveram rendimento familiar *per capita* igual ou maior que este valor foram consideradas não pobres e atribuído o valor 0 para sua condição.

3.3 PERFIL DA POPULAÇÃO

Embora o objetivo deste trabalho não seja dissertar acerca de desigualdade na distribuição de renda este assunto está interligado com o de pobreza. Lugares onde existe concentração de renda em mãos de poucos estão mais suscetíveis de enfrentar uma situação de pobreza absoluta. Desta forma insere-se aqui este comentário acerca da desigualdade de renda na Região Metropolitana de Salvador, para que o leitor tenha conhecimento dos patamares atuais de desigualdade distributiva na região.

O que se pode observar na Tabela 4 é que a distância entre os ocupados do primeiro decil da distribuição e aqueles que estão no último decil tem reduzido no período 1997 – 2003. Enquanto em 1997 o valor do último decil era mais de 15 vezes superior ao do primeiro decil, em 2003 esse valor passa a ser de 13 vezes. No entanto, o que se observa também é que esta redução na disparidade tem acontecido não pelo aumento de rendimento do decil inferior, e sim, pela queda de rendimento do decil superior.

Tabela 4 - Distribuição do rendimento real entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal na Região Metropolitana de Salvador nos anos de 1997 a 2003(1).

Em Reais

Períodos	RENDIMENTO REAL TRIMESTRAL									
	OCUPADOS (2)					ASSALARIADOS (3)				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
1997	131	198	400	865	1.983	197	281	503	991	2.021
1998	130	207	401	837	1.922	203	288	492	960	1.958
1999	127	209	395	796	1.753	206	282	474	920	1.858
2000	144	222	400	820	1.767	218	294	470	891	1.791
2001	140	242	398	790	1.651	234	292	479	866	1.724
2002	126	243	377	754	1.652	231	294	460	865	1.736
2003	108	234	333	650	1.437	223	268	410	765	1.538

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

(1) Inflator utilizado - INPC - IBGE. Valores em Reais de Dezembro - 2003.

(2) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Esta queda de rendimentos contribui ainda mais para o agravamento da pobreza, pois, mesmo aquelas pessoas que possuem ocupação têm cada vez mais dificuldades para o abastecimento do lar.

3.3.1 Características pessoais

Pretende-se no próximo tópico fazer uma comparação entre os perfis dos pobres e não-pobres na RMS, para este fim serão utilizadas as seguintes variáveis referentes a atributos pessoais e características ocupacionais:

GÊNERO - Variável que designa o gênero do indivíduo que pode ser classificado em masculino e feminino.

COR - Variável que designa a cor do indivíduo. O indivíduo será classificado em negro, para os pretos e pardos; e não negro, para os brancos e amarelos.

IDADE – Variável que designa os anos completos que o indivíduo possui desde o seu nascimento. A variável idade encontra-se agrupada em 6 faixas etárias: 0 a 9 anos; 10 a 14 anos; 15 a 17 anos; 18 a 24 anos; 25 a 39 anos e 40 anos a mais.

ESCOLARIDADE – Variável que designa o nível de escolaridade formal agregado em patamares de instrução. O indivíduo pode ser classificado em analfabeto e sem escolaridade, para aqueles indivíduos que nunca freqüentaram escola ou que ainda não sabem ler e escrever; 1º grau incompleto, para aqueles indivíduos que não concluíram o 1º grau; 1º grau completo e 2º grau incompleto, para aqueles indivíduos que concluíram o primeiro grau mas não concluíram o 2º grau; 2º grau completo e 3º grau incompleto, para aqueles que concluíram o 2º grau mas não concluíram o 3º grau e 3º grau completo, para aqueles indivíduos que já concluíram o 3º grau.

POSIÇÃO NA FAMÍLIA – Variável que designa a posição do indivíduo no núcleo familiar. O indivíduo pode ser classificado em chefe, cônjuge, filho ou outro.

NÚMERO DE INDIVÍDUOS NA FAMÍLIA – Variável que designa o somatório de indivíduos que compõe o núcleo familiar.

TEMPO DE SERVIÇO – Variável que designa o tempo de permanência do indivíduo no seu trabalho atual.

SITUAÇÃO DE ATIVIDADE – Variável que designa a situação que o indivíduo se encontra dentro da população em idade ativa (maiores de 10 anos). Ele poderá ser classificado em ocupado, desempregado ou inativo.

OCUPADOS – Todo indivíduo que possui algum tipo de trabalho remunerado exercido regularmente; ou possui trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não

estejam procurando trabalho diferente do atual; ou possui trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

DESEMPREGADOS – É a soma de 3 tipos de indivíduos: os que se encontram em desemprego aberto – indivíduos que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 dias anteriores a entrevista; desemprego oculto por trabalho precário – pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; desemprego oculto por desalento – indivíduos que não possuem trabalho e não procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias eventuais, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS – São os indivíduos em idade ativa (maiores de 10 anos) que não estão ocupados ou desempregados.

PEA – Representa a população economicamente ativa. São os indivíduos em idade ativa que estão ocupados ou desempregados.

SETOR DE OCUPAÇÃO – Variável que designa o setor no qual o indivíduo encontra-se ocupado. Os setores são: indústria, comércio, serviços de produção, serviços domésticos, construção civil e outros.

OCUPAÇÕES – Variável que designa a função exercida pelo indivíduo, não necessariamente relacionada à sua formação profissional obtida através de diploma ou experiência anterior acumulada.

JORNADA DE TRABALHO – Variável que designa as horas efetivamente trabalhadas pelo indivíduo ocupado na semana anterior à da entrevista. O indivíduo pode ser classificado no grupo dos que trabalham até 20 horas, o grupo dos que trabalham de 21 horas até 44 horas e no grupo dos que trabalham de 45 horas até mais.

TAXA DE ATIVIDADE – É a proporção de pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade ativa (PEA /PIA).

TAXA DE DESEMPREGO – É a proporção de pessoas que estão desempregadas em relação às pessoas economicamente ativas (desempregados/PEA).

3.3.2 Algumas evidências empíricas

A pobreza na RMS apresenta um percentual muito elevado e, além disso, este percentual aumentou no período de estudo, passou de 52,4% da população total em 1997 para 58,4% em 2003. Este aumento ocorreu praticamente em todas as classes e segmentos observados. O que será ressaltado nos tópicos a seguir são as características dessa parcela da população, que é maioria, além de relacioná-las com as características dos não-pobres. A respeito desta diferenciação entre pobres e não-pobres vale ressaltar que o objetivo da análise dos resultados que serão aqui divulgados não implica em relações de causa e efeito mas apenas na descrição do perfil destas duas populações.

Observando os dados da Tabela 5 percebe-se que na população como um todo o percentual de mulheres permanece o mesmo (52,2%) no período. Observando os dados referentes ao percentual de mulheres entre os pobres e entre os não-pobres nota-se que apesar do percentual de mulheres ser maior na população pobre do que na não-pobre esta diferença não é grande entre essas duas populações. Além disso, essa diferença se reduz no período, enquanto as mulheres representam 52,7% dos pobres em 1997 em 2003 elas representam 52,4% da população pobre. O fenômeno inverso acontece entre os não-pobres tendo um ligeiro acréscimo do percentual de mulheres nesta população no período passando de 51,7% em 1997 para 51,9% em 2003.

Tabela 5 – Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Gênero – 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Masculino	48,1	51,9	100,0	41,8	58,2	100,0
	48,3	47,3	47,8	48,1	47,6	47,8
Feminino	47,1	52,9	100,0	41,4	58,6	100,0
	51,7	52,7	52,2	51,9	52,4	52,2
Total	47,6	52,4	100,0	41,6	58,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

Ao focar a distribuição por faixa etária no estudo do perfil dos pobres e não-pobres (Tabela 6) pode-se destacar que os pobres apresentam uma maior concentração de crianças nos dois períodos observados. Dentre as crianças com 0 a 9 anos 66,1% eram pobres em 1997 e 74,3% eram pobres em 2003. Esta é uma evidência ruim, pois atinge uma parcela bastante vulnerável da população mais sujeita a desenvolver seqüelas decorrentes desta situação. O ponto positivo é que enquanto em 1997 dentre os pobres as crianças e pré adolescentes de 0 a 14 anos representavam 34,9% da população pobre, em 2003 este percentual reduziu para 29,6%.

Tabela 6 – Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Faixa etária– 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
0 a 9	33,9	66,1	100,0	25,7	74,3	100,0
	12,1	21,5	17,0	9,7	20,0	15,7
10 a 14	36,6	63,4	100,0	27,8	72,2	100,0
	8,5	13,4	11,1	5,2	9,6	7,8
15 a 17	39,3	60,7	100,0	29,6	70,4	100,0
	6,3	8,8	7,6	4,4	7,4	6,1
18 a 24	45,9	54,1	100,0	38,7	61,3	100,0
	14,6	15,6	15,1	15,3	17,3	16,5
25 a 39	54,1	45,9	100,0	45,7	54,3	100,0
	27,6	21,3	24,3	27,9	23,7	25,4
40 e mais	59,0	41,0	100,0	54,8	45,2	100,0
	30,9	19,4	24,9	37,5	22,0	28,5
Total	47,6	52,4	100,0	41,6	58,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Tabela 7 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Cor– 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Não negro	71,4	28,6	100,0	68,1	31,9	100,0
	28,8	10,4	19,2	20,9	6,9	12,7
Negro	41,9	58,1	100,0	37,7	62,3	100,0
	71,2	89,6	80,8	79,1	93,1	87,3
Total	47,6	52,4	100,0	41,6	58,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Com relação à cor (Tabela 7), pode-se notar que dentre os pobres os negros são maioria absoluta tanto em 1997 (89,6%) como em 2003 (93,1%). Este dado, mesmo representante da população da RMS, onde a maioria é negra, é um indicador da vulnerabilidade desta parcela da população, pois o percentual de negros na população pobre nos dois períodos excede em muito o percentual deles na população como um todo (80,8% em 1997 e 87,3% em 2003). No entanto, como foi dito no capítulo anterior em estudos realizados percebeu-se que o fato de ser negro por si só não possui efeito discriminatório no mercado de trabalho. Os negros ainda estão associados a baixo nível de escolaridade o que pode explicar os resultados encontrados para esta categoria.

Um outro ponto a ser destacado é que, apesar dos negros sofrerem mais com a pauperização da população, tanto os negros quanto os não-negros observaram um aumento da população pobre. O segmento não-negro passou de 28,6% de pobres em 1997 para 31,9% em 2003 e a parcela negra da população passou de 58,1% de pobres entre os seus representantes para 62,3% de pobres em 2003.

No que concerne a escolaridade, o que se pode observar (Tabela 8) é que uma maior escolaridade pode ser associada a uma menor incidência de pobreza. Em 2003, dentre a população pobre 61,2% possuía apenas até o primeiro grau completo, enquanto que dentre os não-pobres 54,6% haviam completado o 2º grau ou um curso superior.

Tabela 8 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Escolaridade– 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Analfabeto e sem escolaridade	21,7	78,3	100,0	25,0	75,0	100,0
	3,5	12,5	8,0	3,1	7,1	5,4
1º grau incompleto	35,6	64,4	100,0	27,5	72,5	100,0
	36,8	65,3	51,2	26,6	54,1	42,1
1º grau completo e 2º grau incompleto	56,8	43,2	100,0	38,6	61,4	100,0
	16,5	12,3	14,4	15,8	19,4	17,8
2º grau completo e 3º grau incompleto	77,4	22,6	100,0	63,3	36,7	100,0
	32,5	9,3	20,8	41,8	18,7	28,7
3º grau completo	94,9	5,1	100,0	93,5	6,5	100,0
	10,7	0,6	5,6	12,8	0,7	6,0
Total	47,6	52,4	100,0	41,6	58,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

A população da RMS como um todo apresenta um maior percentual de pessoas mais escolarizadas, enquanto em 1997 dentre a população total 20,8% possuía o 2º grau completo ou o 3º grau incompleto e 5,6% possuía o 3º grau completo, estes percentuais subiram para 28,7% e 6,0% respectivamente em 2003. Apesar disso, pode-se observar um empobrecimento da classe mais escolarizada, pois, houve um aumento da população pobre nas classes de 1º grau completo e superiores no período de 1997 para 2003. Um exemplo disso é que enquanto em 1997 dentre as pessoas com 2º grau completo ou 3º grau incompleto 22,6% eram pobres, em 2003 este percentual subiu para 36,7%; e, além disso, enquanto dentre os pobres as pessoas com 2º grau completo ou 3º grau incompleto representavam anteriormente 9,3% elas passaram a representar 18,7% em 2003. Estes dados sugerem que talvez a escolaridade por si só esteja perdendo força como fator inibidor da pobreza.

No que se refere à posição na família (Tabela 9), pode-se notar que em relação a população como um todo houve redução no percentual de filhos, passou de 45,4% da população em 1997 para 41,8% em 2003. No entanto, apesar da redução no percentual de filhos ter ocorrido dentro

da população em geral, tanto entre pobres (de 50,4% para 46,6%) como entre não-pobres (de 39,9% para 35,1%), é possível notar que em meio à categoria filhos existe o aumento da pobreza. Enquanto em 1997 dentre os filhos 58,3% eram pobres em 2003 este percentual elevou-se para 65,1%.

Tabela 9 - Perfil das pessoas pobres e não-pobres da RMS – Posição na família – 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Chefe	54,6	45,4	100,0	50,7	49,3	100,0
	29,6	22,4	25,8	34,2	23,6	28,0
Cônjuge	55,0	45,0	100,0	48,1	51,9	100,0
	18,9	14,1	16,4	19,6	15,0	16,9
Filhos	41,7	58,3	100,0	31,9	65,1	100,0
	39,9	50,4	45,4	35,1	46,6	41,8
Outros	44,5	55,5	100,0	34,8	65,2	100,0
	11,6	13,1	12,4	11,1	14,8	13,3
Total	47,6	52,4	100,0	41,6	58,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Focando a análise apenas nos chefes de família, é possível observar que as mulheres ampliaram a sua participação na chefia dos lares passando de 27,4% de mulheres entre os chefes de família em 1997 para 31,8% em 2003. Pode-se dizer que o perfil por gênero dos chefes de família (Tabela 10) evidencia o fato de que as mulheres chefes de família apresentam um percentual de pobreza (51,2% em 1997 e 51,9% em 2003) superior aos dos homens chefes de família (43,3% em 1997 e 48% em 2003).

Tabela 10 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS –Gênero - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Masculino	56,7	43,3	100,0	52,0	48,0	100,0
	75,5	69,1	72,6	69,8	66,5	68,2
Feminino	48,8	51,2	100,0	48,1	51,9	100,0
	24,5	30,9	27,4	30,2	33,5	31,8
Total	54,6	45,4	100,0	50,7	49,3	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

No que se refere à faixa etária dos chefes de família (Tabela 11) o crescimento dos percentuais dos pobres dentre os chefes de família ocorreu em todas as faixas etárias e no geral passou de 45,4% em 1997 para 49,3% em 2003. A tendência é a mesma da população em geral, as faixas etárias mais altas apresentam um percentual menor de pobres. No entanto, o crescimento no percentual de pobres ocorreu em maior intensidade dentre a faixa intermediária dos 25 a 39 anos, dentre esta faixa etária 47,3% eram pobres em 1997 passando para 54,0% em 2003. Mesmo com esse incremento no percentual de pobres dentre a faixa dos 25 a 39 anos, a faixa etária de 18 a 24 anos apresenta o maior percentual de pobres tanto em 1997 com 58,4% quanto em 2003 com 62,5%.

Tabela 11– Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Menos de 18	*	*	*	*	*	*
	*	*	*	*	*	*
18 a 24	41,6	58,4	100,0	37,5	62,5	100,0
	3,9	6,6	5,1	3,5	6,1	4,8
25 a 39	52,7	47,3	100,0	46,0	54,0	100,0
	35,2	38,0	36,5	29,9	36,2	33,0
40 e mais	57,0	43,0	100,0	54,3	45,7	100,0
	60,8	55,1	58,2	66,6	57,6	62,2
Total	54,6	45,4	100,0	50,7	49,3	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

(*) A amostra não comportou desagregação para esta categoria.

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Em contrapartida, tanto entre os pobres como entre os não pobres os jovens (18 a 24 anos) representam uma parcela pequena dos chefes de família, apesar de entre os pobres este percentual ser superior do que entre os não-pobres. Dentre os chefes não-pobres 3,9% estavam na faixa de 18 a 24 anos em 1997 e 3,5% em 2003, enquanto que entre os pobres 6,6% estavam nesta faixa em 1997 e 6,1% em 2003.

A Tabela 12 também demonstra o mesmo panorama encontrado para a população em geral. Os chefes negros são maioria dentre os pobres, apresentando em ambos os períodos percentuais muito superiores ao percentual de chefes negros na amostra. Enquanto em 1997 dentre a população de chefes em geral 78,2% eram negros, dentre os chefes pobres 87,8% eram negros. Em 2003 o percentual de negros entre os chefes em geral era de 85,2% e o percentual de negros entre os chefes pobres era de 91,7%.

Comparando o percentual de pobres dentre os chefes negros (51% em 1997 e 53% em 2003) e o percentual de pobres dentre os chefes não negros (25,4% em 1997 e 27,8% em 2003) percebe-se a maior vulnerabilidade da população negra a pobreza.

Tabela 12 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Não negro	74,6	25,4	100,0	72,2	27,8	100,0
	29,7	12,2	21,8	21,0	8,3	14,8
Negro	49,0	51,0	100,0	47,0	53,0	100,0
	70,3	87,8	78,2	79,0	91,7	85,2
Total	54,6	45,4	100,0	50,7	49,3	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Quanto à escolaridade dos chefes de família, a Tabela 13 sugere que o nível de escolaridade aumentou bastante entre estes. Enquanto em 1997 apenas 52% dos chefes possuíam escolaridade igual ou inferior ao 1º grau incompleto, em 2003 este número caiu para 44,8%. A redução nos percentuais de pobreza é perfeitamente visível a cada mudança de patamar de escolaridade nos dois períodos. Dentre os chefes analfabetos e sem escolaridade 78,8% eram pobres em 1997 e 70,4% eram pobres em 2003, percentuais muito acima dos percentuais de chefes pobres nos dois períodos (45,4% e 49,3% respectivamente). Ao se alcançar o patamar de 2º grau completo e 3º grau incompleto o percentual de pobres deixa de ser maioria. Apesar disso, um fato a ser ressaltado é que dentro desta faixa houve um aumento significativo do percentual de pobres passando de 19,6% em 1997 para 31,8% em 2003. estes números talvez indiquem uma maior exigência por parte do mercado de trabalho, sendo necessário cada vez mais um maior nível de instrução para alcançar patamares razoáveis de renda. O percentual de pobres entre os indivíduos com 3º grau completo permaneceu estável.

Tabela 13 – Perfil dos chefes de família pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Analfabeto e sem escolaridade	21,2	78,8	100,0	29,6	70,4	100,0
	3,8	16,9	9,7	4,2	10,3	7,3
1º grau incompleto	37,0	63,0	100,0	32,7	67,3	100,0
	28,7	58,7	42,3	24,1	51,3	37,5
1º grau completo e 2º grau incompleto	57,8	42,2	100,0	44,3	55,7	100,0
	14,4	12,6	13,6	13,7	17,8	15,7
2º grau completo e 3º grau incompleto	80,4	19,6	100,0	68,2	31,8	100,0
	36,7	10,8	25,0	40,7	19,6	30,3
3º grau completo	95,2	4,8	100,0	94,8	5,2	100,0
	16,4	1,0	9,4	17,2	1,0	9,2
Total	54,6	45,4	100,0	50,7	49,3	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

As taxas de desemprego para a população da RMS apresentaram uma grande elevação no período em estudo passando de 20,7% para 26,3% como pode ser observado na Tabela 14. Em todos as classes e segmentos expostos nesta tabela a população pobre apresenta taxas de desemprego superiores às da população não-pobre, às vezes o dobro do outro segmento. As classes que demonstraram maior fragilidade frente ao desemprego, tanto entre os pobres quanto entre os não-pobres, foram as mulheres, os jovens (15 a 24 anos), os negros e os indivíduos com baixa escolaridade.

Tabela 14– Taxas de desemprego da população pobre e não-pobre da RMS – 1997-2003

Categorias	1997			2003			Variação 1997/2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Gênero									
Masculino	10,7	27,7	18,8	12,6	34,6	24,3	17,8	24,9	29,3
Feminino	15,7	31,2	23,0	16,8	38,2	28,6	7,0	22,4	24,3
Faixa Etária									
10 a 14	28,0	32,5	31,7	28,6	39,7	38,6	2,1	22,2	21,8
15 a 17	43,1	46,5	45,5	54,5	59,8	58,7	26,5	28,6	29,0
18 a 24	25,7	39,2	33,1	30,8	49,9	42,5	19,8	27,3	28,4
25 a 39	10,1	25,4	16,7	12,2	32,4	22,8	20,8	27,6	36,5
40 e mais	5,8	17,8	10,6	6,2	23,8	14,5	6,9	33,7	36,8
Cor									
Não negro	11,8	28,4	16,0	12,7	33,6	18,9	7,6	18,3	18,1
Negro	13,4	29,3	21,8	15,0	36,5	27,4	11,9	24,6	25,7
Escolaridade									
Analfabeto e sem escolaridade	7,4	19,6	17,1	6,3	22,7	19,6	-14,9	15,8	14,6
1º grau incompleto	15,6	29,5	25,2	14,8	35,1	30,4	-5,1	19,0	20,6
1º grau completo e 2º grau incompleto	19,0	34,3	26,4	20,7	43,5	35,6	8,9	26,8	34,8
2º grau completo e 3º grau incompleto	12,1	28,6	15,9	15,9	35,0	23,3	31,4	22,4	46,5
3º grau completo	5,4	15,7	5,9	5,5	18,3	6,4	1,9	16,6	8,5
Posição na Família									
Chefe	4,3	17,9	10,4	4,8	22,7	14,0	11,6	26,8	34,6
Cônjuge	12,5	27,1	18,6	13,1	36,1	24,7	4,8	33,2	32,8
Filhos	24,2	40,3	33,0	28,0	49,0	40,5	15,7	21,6	22,7
Outros	19,9	37,1	27,8	22,2	44,1	34,3	11,6	18,9	23,4
Total	13,0	29,3	20,7	14,6	36,3	26,3	12,3	23,9	27,1

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Enfocando a questão por gênero, a taxa de desemprego feminina revela-se superior à taxa de desemprego masculina nos dois momentos. No entanto, a variação de crescimento da taxa de

desemprego feminina é inferior a variação na taxa masculina tanto entre a população pobre quanto entre a população não-pobre.

Outro ponto a ser ressaltado acerca da Tabela 14 é que os negros apresentam uma maior taxa de desemprego entre os pobres (29,3% em 1997 e 36,5% em 2003). E a variação do crescimento destas taxas foi muito superior entre os negros do que entre os não-negros.

Os dados acerca das taxas de participação da população da RMS (Tabela 15) indicam o aumento na taxa de participação da população em geral passando de 60,1% em 1997 para 63,7% em 2003. Enfocando as taxas de participação por gênero, apesar das mulheres apresentarem taxas inferiores aos dos homens, tanto entre pobres quanto entre não-pobres elas apresentaram variação positiva muito superior aos dos homens no período, particularmente entre os pobres (15,7).

Os jovens de 10 a 14 anos reduziram em muito a sua participação no mercado de trabalho. Este fenômeno ocorreu principalmente entre os não-pobres que passaram 5,0% de taxa de atividade para 1,9% resultando em variação negativa de 62,0.

Os negros possuem taxas de participação superiores tanto entre pobres quanto entre não pobres. Entre os pobres, os negros e não-negros não apresentaram diferenças significativas no aumento de suas taxas de participação.

Tabela 15 - Taxas de participação da população pobre e não-pobre da RMS – 1997-2003

Categorias	1997			2003			Variação 1997/2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Gênero									
Masculino	71,6	68,3	70,0	73,2	69,5	71,2	2,2	1,8	1,7
Feminino	54,4	48,3	51,3	58,4	55,9	57,0	7,4	15,7	11,1
Faixa Etária									
10 a 14	5,0	13,4	10,3	1,9	6,8	5,4	-62,0	-49,3	-47,6
15 a 17	28,5	44,0	37,9	22,4	36,5	32,3	-21,4	-17,0	-14,8
18 a 24	73,6	75,3	74,5	77,4	76,4	76,8	5,2	1,5	3,1
25 a 39	88,6	80,4	84,9	90,4	83,8	86,8	2,0	4,2	2,2
40 e mais	57,2	54,9	56,3	55,8	60,6	57,9	-2,4	10,4	2,8
Cor									
Não negro	58,1	54,2	57,1	61,8	59,3	61,0	6,4	9,4	6,8
Negro	64,5	57,9	60,9	66,4	62,4	64,1	2,9	7,8	5,3
Escolaridade									
Analfabeto e sem escolaridade	39,3	43,4	42,4	26,2	40,4	36,6	-33,3	-6,9	-13,7
1º grau incompleto	44,2	52,8	49,8	41,7	52,5	49,6	-5,7	-0,6	-0,4
1º grau completo e 2º grau incompleto	59,4	72,3	65,0	59,6	70,5	66,3	0,3	-2,5	2,0
2º grau completo e 3º grau incompleto	78,0	81,9	78,9	77,9	84,5	80,3	-0,1	3,2	1,8
3º grau completo	84,7	80,5	84,5	84,1	88,9	84,4	-0,7	10,4	-0,1
Posição na Família									
Chefe	77,5	76,4	77,0	72,5	79,2	75,8	-6,5	3,7	-1,6
Cônjuge	61,9	54,5	58,5	63,9	60,6	62,2	3,2	11,2	6,3
Filhos	50,7	48,3	49,4	60,2	53,2	55,8	18,7	10,1	13,0
Outros	54,9	49,6	52,4	58,0	52,7	54,9	5,6	6,3	4,8
Total	62,7	57,6	60,1	65,4	62,2	63,7	4,3	8,0	6,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Tabela 16 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Gênero - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Masculino	57,8	42,2	100,0	53,8	46,2	100,0
	56,3	56,1	56,2	54,7	53,3	54,0
Feminino	57,5	42,5	100,0	52,4	47,6	100,0
	43,7	43,9	43,8	45,3	46,7	46,0
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Entre os ocupados, a população pobre não representa maioria como foi visto entre a população em geral. No entanto, o percentual de pobres entre os ocupados passa de 42,3% em 1997 para 46,9% em 2003.

Observando os ocupados por gênero (Tabela 16) houve aumento no percentual de mulheres dentre os pobres (43,9% para 46,7%) e também entre não-pobres ocupados (43,7% para 45,3%) no período. Sendo que este aumento foi ligeiramente maior entre os pobres.

Tabela 17 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
10 a 14	18,7	81,3	100,0	*	88,6	100,0
	0,6	3,8	2,0	*	1,2	0,7
15 a 17	30,8	69,2	100,0	22,5	77,5	100,0
	2,1	6,5	4,0	0,9	3,4	2,1
18 a 24	50,4	49,6	100,0	46,9	53,1	100,0
	16,6	22,3	19,0	16,3	20,9	18,4
25 a 39	61,0	39,0	100,0	54,0	46,0	100,0
	45,9	40,0	43,4	43,9	42,3	43,1
40 e mais	63,3	36,7	100,0	57,8	42,2	100,0
	34,7	27,4	31,6	38,9	32,1	35,7
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

(*) A amostra não comportou desagregação para esta categoria.

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

Quanto à faixa etária dos ocupados pobres e não-pobres (Tabela 17) observa-se redução dos jovens nas faixas de 10 a 14, 15 a 17 e 18 a 24 anos na população ocupada como um todo. No entanto, esta redução se torna mais evidente entre os não-pobres.

Observando a cor dos ocupados na RMS (Tabela 18), pode-se verificar que o percentual de negros entre os pobres ocupados é bastante superior ao percentual dos negros entre ocupados em geral em ambos os momentos. Além disso, enquanto em 1997 dos negros ocupados 47,6% eram pobres, este percentual subiu para 50,6% em 2003.

Tabela 18– Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Não negro	78,5	21,5	100,0	75,8	24,2	100,0
	27,2	10,2	20,0	20,0	7,2	14,0
Negro	52,4	47,6	100,0	49,4	50,6	100,0
	72,8	89,8	80,0	80,0	92,8	86,0
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Tabela 19 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Analfabeto e sem escolaridade	23,0	77,0	100,0	22,0	78,0	100,0
	1,9	8,9	4,9	1,3	5,1	3,1
1º grau incompleto	35,1	64,9	100,0	28,2	71,8	100,0
	23,8	60,0	39,1	15,5	44,6	29,1
1º grau completo e 2º grau incompleto	57,1	42,9	100,0	42,7	57,3	100,0
	15,2	15,6	15,4	13,8	21,0	17,2
2º grau completo e 3º grau incompleto	80,1	19,9	100,0	67,3	32,7	100,0
	42,7	14,5	30,7	50,6	27,9	40,0
3º grau completo	95,7	4,3	100,0	94,0	6,0	100,0
	16,4	1,0	9,9	18,8	1,4	10,6
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

A distribuição da escolaridade dos pobres ocupados difere muito dos não-pobres ocupados (Tabela 19), enquanto os ocupados pobres têm basicamente a sua distribuição concentrada nas duas primeiras categorias de escolaridade, os não-pobres se concentram nas duas superiores. Estes dados podem indicar que se torna necessário alcançar níveis mais altos de educação do que antes para escapar da pobreza.

Tabela 20 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Jornada - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Até 20 horas	48,5	51,5	100,0	44,9	55,1	100,0
	11,6	16,6	13,7	10,2	14,1	12,1
De 21 até 44 horas	65,2	34,8	100,0	59,5	40,5	100,0
	48,1	34,6	42,4	51,0	38,9	45,3
De 45 horas a mais	52,8	47,2	100,0	48,2	51,8	100,0
	40,3	48,7	43,9	38,8	46,9	42,6
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Observando a distribuição dos ocupados pobres segundo a jornada de trabalho (Tabela 20), é possível notar que os pobres trabalham mais horas do que os não-pobres, enquanto em 2003 46,9% dos pobres trabalhavam de 45 horas semanais até mais este percentual era de 38,8% para os não-pobres. Este fato pode estar relacionado com a tentativa de acréscimo de rendimentos.

Apesar disso, uma tendência que se observa nas duas categorias é de concentrarem-se na faixa de 21 até 44 horas semanais, visto que no período de 1997 para 2003 observa-se que os percentuais das faixas extremas de jornada de trabalho entre pobres e entre não pobres reduziram-se.

Tabela 21 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Tempo de serviço - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Menos de 1 ano	45,4	54,6	100,0	41,8	58,2	100,0
	24,6	40,3	31,2	21,7	34,3	27,6
De 1 a menos de 3 anos	56,3	43,7	100,0	50,1	49,9	100,0
	20,6	21,8	21,2	21,0	23,8	22,3
De 3 a menos de 5 anos	59,7	40,3	100,0	54,6	45,4	100,0
	11,5	10,6	11,1	13,3	12,5	12,9
De 5 anos a mais	68,4	31,6	100,0	62,9	37,1	100,0
	43,3	27,3	36,5	44,0	29,4	37,2
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios.

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Em relação ao tempo de serviço (Tabela 21), os não-pobres apresentaram uma maior estabilidade na ocupação com 54,8% estando há 3 anos ou mais no emprego em 1997, e este percentual subiu para 57,3% em 2003. Outro ponto a ressaltar é que os pobres apresentaram 34,3% de indivíduos com menos de 1 ano de ocupação contra 21,7% dos não-pobres nesta situação, o que demonstra uma maior fragilidade no emprego por parte dos pobres. Apesar disso, os pobres demonstram uma tendência ao aumento da permanência no emprego, pois o percentual da categoria referente a menos tempo de serviço reduziu-se no período passando de 40,3% para 34,3%.

Tabela 22 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Setor de atividade - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Indústria	64,6	35,4	100,0	59,1	40,9	100,0
	9,7	7,3	8,7	9,9	7,8	8,9
Construção civil	43,8	56,2	100,0	39,1	60,9	100,0
	4,2	7,3	5,5	3,6	6,4	4,9
Comércio	55,6	44,4	100,0	50,3	49,7	100,0
	17,8	19,4	18,5	15,5	17,4	16,4
Serviços de produção	65,9	34,1	100,0	61,9	38,1	100,0
	36,6	25,8	32,0	37,8	26,4	32,4
Serviços pessoais	61,4	38,6	100,0	55,9	44,1	100,0
	28,1	24,1	26,4	29,3	26,2	27,9
Serviços domésticos	21,8	78,2	100,0	20,6	79,4	100,0
	2,6	12,7	6,9	3,2	14,1	8,3
Outros	26,2	73,8	100,0	27,9	72,1	100,0
	0,9	3,4	2,0	0,6	1,8	1,2
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

Focalizando a distribuição dos ocupados segundo setor de atividade (Tabela 22), podemos verificar que dentro dos setores de construção civil e serviços domésticos os pobres são maioria absoluta, tendo inclusive aumentado sua participação nesses setores no período. Já os não-pobres são maioria nos setores serviço de produção e serviços pessoais. Este perfil está diretamente associado ao perfil já visto da escolaridade; os pobres, que em sua maioria possuem baixa escolaridade, estão alocados em setores que exigem menos do nível escolar.

Tabela 23 – Distribuição dos ocupados pobres e não-pobres na RMS – Posição na família - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Chefe	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	45,9	44,0	45,1	46,8	45,6	46,2
Cônjuge	62,5	37,5	100,0	57,1	42,9	100,0
	21,4	17,5	19,8	21,6	18,4	20,1
Filhos	51,5	48,5	100,0	48,9	51,1	100,0
	23,7	30,3	26,5	23,4	27,7	25,4
Outros	59,9	40,1	100,0	52,9	47,1	100,0
	9,0	8,2	8,6	8,2	8,3	8,3
Total	57,7	42,3	100,0	53,1	46,9	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

Um dado a ser ressaltado é que, analisando a posição na família dos ocupados (Tabela 23), é possível notar que a maioria dos ocupados são chefes de família e sua participação cresceu no período. Este dado é bom, pois aos chefes de família cabe a responsabilidade principal do sustento dos outros membros da família.

Outro ponto a ser levado em consideração é que os percentuais de distribuição dos pobres e não-pobres por posição na família não apresentam grandes diferenças para chefes e outros membros. Os percentuais de cônjuge são ligeiramente superiores entre os não-pobres e os percentuais de filhos são superiores entre os pobres.

Ao focar apenas os chefes ocupados por gênero (Tabela 24), é possível perceber que os homens são a expressiva maioria tanto entre pobres quanto entre não pobres. Entretanto, as mulheres aumentaram ligeiramente a sua participação no período em estudo.

Um outro enfoque para esta tabela é que os chefes masculinos ocupados são principalmente não-pobres. Já as mulheres apresentaram uma mudança no perfil, enquanto em 1997 as mulheres chefes ocupadas apresentavam o percentual de 52,6% de não-pobres este percentual reduziu para 48,1% em 2003.

Tabela 24 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Gênero - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Masculino	60,4	39,6	100,0	55,7	44,3	100,0
	80,9	75,6	78,7	77,1	71,2	74,4
Feminino	52,6	47,4	100,0	48,1	51,9	100,0
	19,1	24,4	21,3	22,9	28,8	25,6
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Observando a Tabela 25 pode-se perceber que os jovens (18 a 24 anos) chefes de família ocupados estão mais suscetíveis a pobreza, dentre estes 53,6% eram pobres em 1997 e este percentual aumentou para 57,1% em 2003. Quanto mais alta a faixa etária menor a participação entre os pobres dos chefes ocupados, apesar desta vantagem ter reduzido-se no período.

Tabela 25 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Faixa etária - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Menos de 18	*	*	*	*	*	*
	*	*	*	*	*	*
18 a 24	46,4	53,6	100,0	42,9	57,1	100,0
	4,9	8,0	6,2	4,6	7,1	5,7
25 a 39	57,5	42,5	100,0	51,9	48,1	100,0
	44,6	47,0	45,6	40,2	43,4	41,7
40 e mais	61,6	38,4	100,0	56,5	43,5	100,0
	50,4	44,8	48,1	55,2	49,4	52,6
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

(*) A amostra não comportou desagregação para esta categoria.

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

A cor dos chefes ocupados (Tabela 26) aparece como um grande diferencial, apenas 25% dos não-negros são pobres em 2003 enquanto 49,9% dos negros são pobres neste mesmo ano. E entre os chefes ocupados pobres 92,1% são negros em 2003, percentual muito superior ao percentual de chefes ocupados negros na amostra (85,3%).

Tabela 26 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Cor - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Não negro	78,2	21,8	100,0	75,0	25,0	100,0
	27,7	11,0	20,8	20,5	7,9	14,7
Negro	53,6	46,4	100,0	50,1	49,9	100,0
	72,3	89,0	79,2	79,5	92,1	85,3
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Tabela 27 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Escolaridade - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Analfabeto e sem escolaridade	23,2	76,8	100,0	23,7	76,3	100,0
	2,6	12,3	6,6	1,9	7,1	4,3
1º grau incompleto	37,9	62,1	100,0	30,7	69,3	100,0
	25,9	60,4	40,1	18,8	49,7	33,1
1º grau completo e 2º grau incompleto	58,6	41,4	100,0	46,2	53,8	100,0
	14,2	14,3	14,3	14,4	19,6	16,8
2º grau completo e 3º grau incompleto	82,4	17,6	100,0	69,8	30,2	100,0
	39,3	12,0	28,0	44,7	22,5	34,4
3º grau completo	96,1	3,9	100,0	95,4	4,6	100,0
	18,0	1,0	11,0	20,2	1,1	11,4
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

Analisando a Tabela 27 é possível observar que conforme o nível de escolaridade vai crescendo os percentuais de chefes ocupados pobres vão reduzindo em ambos os períodos. Sendo que em 1997, os não-pobres eram maioria no caso do chefe ocupado ter 1º grau completo ou 2º grau incompleto, o que não ocorre mais em 2003.

Tabela 28 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Jornada - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Até 20 horas	48,7	51,3	100,0	43,8	56,2	100,0
	6,0	9,0	7,3	6,3	9,2	7,6
De 21 até 44horas	65,9	34,1	100,0	59,6	40,4	100,0
	45,8	33,6	40,7	48,5	37,7	43,5
De 45 horas a mais	54,4	45,6	100,0	49,4	50,6	100,0
	48,2	57,4	52,0	45,2	53,1	48,9
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
 Soma 100% na coluna

O percentual de chefes ocupados que trabalham de 45 horas a mais por semana é bastante alto como pode ser visto na Tabela 28. No entanto, assim como foi observado na tabela referente aos ocupados em geral (Tabela 20) a tendência apresentada no período para os chefes ocupados é o aumento do percentual destes na jornada de 21 até 44 horas. Dentro da jornada de 45 horas a mais, a maioria deixou de ser os não-pobres que apresentavam percentual de 54,4% em 1997 para ser os pobres em 2003.

A distribuição do tempo de serviço dos chefes ocupados (Tabela 29) sugere estabilidade para estes, em 2003 dos não-pobres 56,3% tinham de 5 anos a mais no emprego e dos pobres 39,4% estavam nesta situação, ambos percentuais são superiores ao ano de 1997. No entanto, na distribuição dentre as faixas de 3 até 5 anos e de 5 anos ou mais, os pobres são minoria nos dois períodos.

Tabela 29 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Tempo de serviço - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Menos de 1 ano	42,0	58,0	100,0	38,5	61,5	100,0
	16,1	31,6	22,5	14,7	27,4	20,6
De 1 a menos de 3 anos	54,3	45,7	100,0	48,2	51,8	100,0
	17,4	20,9	18,8	16,6	20,8	18,5
De 3 a menos de 5 anos	60,8	39,2	100,0	53,7	46,3	100,0
	10,9	10,0	10,6	12,4	12,4	12,4
De 5 anos a mais	67,9	32,1	100,0	62,5	37,5	100,0
	55,6	37,5	48,1	56,3	39,4	48,5
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

- Legenda: Soma 100% na linha
- Soma 100% na coluna

Em relação ao setor de atividade (Tabela 30) o setor que possui o maior percentual de pobres é o de serviços domésticos com 79,6% de chefes ocupados pobres nos dois períodos, enquanto que o setor que possui maior presença de não-pobres é o da indústria seguido logo de perto pelo de serviços de produção.

O perfil dos pobres verificado neste capítulo servirá de base para a confecção do modelo econométrico a ser realizado no próximo capítulo. Aquelas variáveis que sugeriram poderem ser importantes para indicação da probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre serão testadas e poderão compor o modelo.

Tabela 30 – Distribuição dos chefes ocupados pobres e não-pobres na RMS – Setor de atividade - 1997-2003

Categorias	1997			2003		
	Não pobre	Pobre	Total	Não pobre	Pobre	Total
Indústria	67,9	32,1	100,0	61,2	38,8	100,0
	12,5	8,4	10,9	11,9	8,8	10,4
Construção civil	42,5	57,5	100,0	39,9	60,1	100,0
	5,9	11,4	8,2	5,3	9,4	7,2
Comércio	56,8	43,2	100,0	49,7	50,3	100,0
	16,0	17,2	16,5	13,1	15,4	14,2
Serviços de produção	64,8	35,2	100,0	61,1	38,9	100,0
	41,6	32,1	37,7	42,1	31,1	37,0
Serviços pessoais	61,3	38,7	100,0	55,4	44,6	100,0
	21,3	19,2	20,4	24,5	23,0	23,8
Serviços domésticos	20,4	79,6	100,0	20,4	79,6	100,0
	1,5	8,4	4,3	2,2	10,0	5,8
Outros	34,0	66,0	100,0	30,4	69,6	100,0
	1,2	3,3	2,0	0,9	2,3	1,6
Total	58,7	41,3	100,0	53,8	46,2	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios

Legenda: Soma 100% na linha

Soma 100% na coluna

4. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM FAMÍLIAS POBRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.

Este capítulo destina-se a estudar qual a intensidade da influência dos atributos pessoais e adquiridos dos componentes das famílias da Região Metropolitana de Salvador para a probabilidade de estes indivíduos pertencerem a famílias pobres ou não. Acredita-se que alguns atributos possuem maior influência do que outros. Para a verificação dessa hipótese será utilizada a mesma linha de pobreza utilizada no capítulo anterior para a separação das famílias entre pobres e não pobres. A partir daí será calculado um modelo logit que terá como variável dependente uma variável dicotômica que assume valor igual a um quando se pertence a uma família pobre e igual a zero quando não se pertence a uma família pobre. Os resultados obtidos após a estimação do modelo irão fornecer indicadores daqueles atributos que possuem maior influência na probabilidade das pessoas serem pobres ou não.

4.1 DELIMITAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

O primeiro passo no processo de preparação da base consistiu em selecionar unicamente os casos referentes ao ano de 2003. Este processo unido aos cortes anteriormente descritos no capítulo 3 fez com que a amostra passasse a apresentar 67.704 casos.

Admite-se aqui que algumas características (físicas, sociais, adquiridas), dos indivíduos que compõem uma família, apresentam relação com a existência de famílias que são capazes de conseguir um rendimento suficiente para estarem acima da linha de pobreza e outras não. Sendo que alguns fatores possuem maior impacto do que outros. Pretende-se formular um modelo probabilístico que estime probabilidades diferenciadas de uma pessoa ter renda familiar *per capita* abaixo da linha de pobreza, denominada “z”, como uma função de atributos deste indivíduo e dos pertencentes à sua família. A descrição das variáveis utilizadas será realizada no item 4.2 deste capítulo.

O problema consiste em saber qual a relação das diversas características dos indivíduos pertencentes a uma família com a possibilidade de este indivíduo ser pobre. Esta questão é uma distribuição multivariada que será modelada para avaliar os impactos do conjunto de influências sobre o resultado final, conforme a equação a seguir:

$$Dp_i = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i$$

A variável dependente (Dp) neste modelo é uma variável qualitativa binária que assume o valor unitário quando o indivíduo i apresenta rendimento familiar *per capita* (Y_i) abaixo do limite estabelecido. Ou seja:

Se $Y_i < z$ implica que $Dp = 1$.

Se $Y_i \geq z$ implica que $Dp = 0$,

onde Y_i é a renda familiar *per capita* do indivíduo i e $Dp = 1$ significa que o indivíduo pertence a uma família que está abaixo da linha de pobreza e $Dp = 0$ significa que ele não pertence a uma família que está abaixo da linha de pobreza.

As variáveis independentes serão os diversos atributos pertencentes aos indivíduos e à sua respectiva família. Supõe-se que a resposta de cada indivíduo seja explicada por este vetor de variáveis independentes X_i que é a matriz de características dos indivíduos consideradas importantes para a determinação de Dp , de dimensão ($m \times 1$), onde m é o número de variáveis independentes.

Este modelo pode então ser utilizado para analisar o impacto de diferentes variáveis explicativas sobre a probabilidade de um indivíduo estar abaixo da linha de pobreza, os resultados encontrados irão fornecer indicadores daqueles atributos que possuem maior influência nesta probabilidade.

Para modelos de regressão como este em que Dp_i é uma variável dicotômica (assume valores 0 ou 1), o modelo de mínimos quadrados ordinários produz expectativas ineficientes e

predições imprecisas como a obtenção de erros heterocedásticos e a possibilidade de se obter estimativas fora do intervalo 0-1.

No caso em estudo, a alternativa para driblar estes problemas será utilizar uma função distribuição acumulada (FDA) para modelar este tipo de regressão. “As FDAs geralmente escolhidas para representar os modelos de resposta 0-1 são: (1) a logística e (2) a normal. A primeira dá origem ao modelo logit e a segunda, ao modelo probit (ou normit)” (GUJARATI, 2000, P. 559).

Tanto o modelo logit quanto o probit asseguram que as probabilidades estimadas se situem no limite 0-1 e que elas se relacionem não linearmente com as variáveis explicativas. A abordagem escolhida para ser utilizada aqui é o modelo logit que é ligeiramente menos complicado e apresenta maior facilidade no tratamento (GUJARATI, 2000).

O modelo será estimado pelo método da máxima verossimilhança. Por esse método, os estimadores dos parâmetros são obtidos impondo a condição de que a verossimilhança da amostra seja máxima, ou seja, igualando suas derivadas a zero (GUJARATI, 2000; HOFFMANN, 1991).

A questão a ser observada é qual a intensidade com que as variáveis afetam a probabilidade em favor de ser pobre; o significado das variáveis; os retornos por anos distintos de escolaridade, por exemplo; a avaliação qualitativa dos diferenciais. Ou seja, quais características influenciam na razão de probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre e qual a intensidade desta influência.

É importante enfatizar que os parâmetros desse modelo não são necessariamente os efeitos marginais. Desta forma, ao interpretar o modelo estimado, é importante avaliar a contribuição marginal das variáveis explicativas com os valores médios dos regressores (FERNANDEZ; MENEZES; 2002).

4.2 DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

As variáveis a serem utilizadas na regressão serão descritas neste tópico. Para algumas variáveis serão construídas *dummies*⁹ e k-1 categorias (sendo k o número de classes), outras serão utilizadas no formato contínuo.

A seguir serão apresentadas as variáveis e os resultados esperados para o sinal do coeficiente de cada variável que irá compor o modelo:

DGÊNERO - Variável *dummy* que designa o gênero do indivíduo e assume valor 1 se feminino e valor 0, se masculino. Como as mulheres possuem uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho apresentando taxas de desemprego superiores as dos homens e rendimentos inferiores a estes, espera-se que o coeficiente estimado de DGÊNERO assuma um valor positivo;

DCOR – Variável *dummy* que designa a cor do indivíduo e assume valor 1 para negro e valor 0, se não negro. A cor negra é considerada um importante fator de influência na probabilidade do indivíduo ser pobre devido à discriminação existente em relação a essa parcela da população. O sinal esperado para o coeficiente desta variável é positivo;

ANOESCO – Variável contínua que representa anos completos de escolaridade do indivíduo. Esta variável é considerada de grande relevância em diversos artigos acerca da pobreza, conforme visto no capítulo 2, parecendo possuir afinidade direta com melhores oportunidades de trabalho e melhores rendimentos. Aguarda-se um sinal negativo para o coeficiente de ANOESCO;

CRIANÇ_1 – Variável contínua que representa o número de crianças¹⁰ que compõem a família do indivíduo. Visto que as crianças não devem estar inseridas no mercado de trabalho

⁹ Variáveis binárias que assumem valor 0 ou 1.

por lei, acredita-se que elas representem apenas encargos do ponto de vista financeiro para os membros economicamente ativos da família. Espera-se que o coeficiente desta variável apresente sinal positivo;

JOVEM_1 – Variável contínua que representa o número de indivíduos, com idade de 10 a 24 anos¹¹, que compõem a família do indivíduo. Supõe-se que quanto maior o número de indivíduos pertencentes a esta faixa etária no mesmo núcleo familiar maior a probabilidade do indivíduo pertencente a esta família ser pobre, devido às altas taxas de desemprego encontradas nesta faixa etária. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável;

ADUL_25 – Variável contínua que representa o número de indivíduos, com idade de 25 a 39 anos, que compõem a família do indivíduo. Acredita-se que esta faixa etária já apresente uma maior inserção no mercado de trabalho do que a faixa anterior, sendo assim, espera-se que quanto mais pessoas nesta faixa etária menor seja a probabilidade dos indivíduos pertencentes a esta família serem pobres. Espera-se um sinal negativo para o coeficiente desta variável;

ADUL_40 – Variável contínua que representa o número de indivíduos, com idade de 40 a 59 anos, que compõem a família do indivíduo. Acredita-se que quanto maior o número de indivíduos pertencentes a esta faixa etária no mesmo núcleo familiar maior será o rendimento familiar *per capita* devido a menores taxas de desemprego nesta faixa e melhores rendimentos. Espera-se um sinal negativo para o coeficiente desta variável;

ADUL_60 – Variável contínua que representa o número de indivíduos, com idade igual ou superior a 60 anos, que compõem a família do indivíduo. Devido ao fato de grande parcela dos aposentados se encontrarem nesta faixa etária e o rendimento dos aposentados ser um diferencial na redução da pobreza espera-se um sinal negativo para o coeficiente desta variável;

¹⁰ Convencionou-se neste trabalho que crianças são todos os indivíduos com menos de 10 anos de idade, devido ao fato de que, pela metodologia da PED, os indivíduos com 10 anos ou mais pertencem à população em idade ativa.

¹¹ Inicialmente esta variável era desagregada em duas faixas de 10 a 17 anos e 18 a 24 anos, no entanto observou-se que elas apresentavam comportamento semelhantes e optou-se por agregar estas faixas.

CHEFEM_1 – Variável *dummy* que representa o gênero do chefe da família do indivíduo. Assume valor 1 se o chefe da família do indivíduo for do gênero feminino e valor 0, se o chefe da família for masculino. Espera-se um sinal positivo para o coeficiente desta variável, pois geralmente as famílias chefiadas por mulheres não possuem o apoio financeiro do cônjuge. Além disso, geralmente cabe às mulheres a função de cuidar dos filhos o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, e associado a isso elas se deparam com um mercado de trabalho discriminatório;

DSITDE_2 – Variável *dummy* que representa a presença de desempregado na família. Assume valor 1 se a família do indivíduo possui um ou mais membros desempregados e valor 0, se a família do indivíduo não possui desempregados. A presença de desempregados na família é um fator redutor de rendimentos, desta forma, espera-se um sinal positivo do coeficiente desta variável.

DSITIN_2 – Variável *dummy* que representa a presença de inativo na família. Assume valor 1 se a família do indivíduo possui um ou mais membros inativos e valor 0, se a família do indivíduo não possui inativos. Espera-se um sinal positivo do coeficiente desta variável.

4.3 RESULTADOS ENCONTRADOS

Para a operacionalização dos dados foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS for Windows v. 10). Após algumas tentativas de combinações de variáveis optou-se pelas descritas acima.

A Tabela 31 apresenta os resultados da regressão que modelam a probabilidade de um indivíduo ser pobre. Esse modelo prediz corretamente 75,6% dos casos, sendo que explica, com acerto, 81,6% dos casos em que a $Pr(D_p=1)$ e 67,2% dos casos em que a $Pr(D_p = 0)$, o que demonstra uma boa aderência do modelo utilizado ao fenômeno estudado.

Obtidas as estatísticas dos parâmetros é necessário avaliá-las do ponto de vista da significância estatística. A estatística de Wald é a mais usada quando se quer avaliar cada estimativa individualmente. Todas as variáveis utilizadas no modelo apresentaram os parâmetros estimados estatisticamente significativos e diferentes de zero garantidos pela estatística Wald.

Tabela 31 – Resultados do modelo logit.

Variáveis independentes	B	D.P.	Wald	Sig.	Contribuição marginal
DGENERO	0,048	0,019	6,01	0,01	0,011
DCOR	0,915	0,029	964,48	0,00	0,212
ANOESCO	-0,135	0,002	3428,80	0,00	-0,031
CRANÇ_1	0,701	0,014	2677,35	0,00	0,162
JOVEM_1	0,430	0,009	2059,89	0,00	0,099
ADUL25_1	-0,042	0,012	12,76	0,00	-0,010
ADUL40_1	-0,329	0,014	547,24	0,00	-0,076
ADUL60_1	-0,306	0,018	297,82	0,00	-0,071
CHEFEM_1	0,306	0,022	195,96	0,00	0,071
DSITDE_2	1,217	0,021	3344,00	0,00	0,282
DSITIN_2	0,531	0,025	468,17	0,00	0,123
Constante	-1,197	0,043	760,83	0,00	-

Teste da RV = 66.622,52 N° Obs.= 67.704 Pseudo R² Nagelkerke = 0,419

Pr(Dp=1) = 81,6% Pr(Dp=0) = 67,2% P= 75,6 %

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos Próprios.

Para avaliar se o modelo é adequado, ou seja, para verificar se os valores preditos pelo modelo correspondem aos valores observados é necessário estudar a significância estatística ou global do modelo. Entre os testes existentes, foi escolhido para este trabalho o teste da razão de verossimilhança devido à sua relativa facilidade estatística. O valor encontrado (RV= 66.622,52) indica que este seja um bom modelo.

Todos os sinais dos coeficientes apresentaram-se conforme o esperado. A seguir, apresentam-se os comentários dos principais resultados obtidos no modelo, os quais seguem a ordem de visualização na Tabela 31, as respectivas significâncias dos resultados podem ser avaliadas na penúltima coluna da tabela.

A variável que representa o gênero do indivíduo indica que o fato de ser mulher aumenta a probabilidade de pertencer à pobreza, visto que apresentou sinal positivo para o seu

coeficiente. No entanto, esta foi uma das variáveis que demonstrou ter menor poder para explicar o fenômeno.

A variável referente à cor do indivíduo apresentou a segunda maior contribuição marginal, sendo que a estatística Wald também sugere uma grande importância para esta variável. Esta variável está positivamente correlacionada com a probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre. O que significa dizer que, mesmo entre uma população em que a maioria é negra (os negros representavam 87,3% da população em 2003 como foi visto no capítulo 3), os negros estão em desvantagem e possuem maiores chances de serem pobres.

A primeira variável em grau de importância segundo a estatística Wald foi ANOESCO. O resultado negativo do coeficiente estimado sugere que quanto mais anos de escolaridade o indivíduo tiver menor a probabilidade deste indivíduo pertencer a uma família pobre. O que vem reiterar a necessidade de investimento em educação como forma de auxílio à redução da pobreza.

A variável CRIANÇ_1 apresentou sinal positivo para o coeficiente, o que significa dizer que quanto mais crianças presentes na família maior a probabilidade do indivíduo ser pobre. Ela apresenta o terceiro valor mais alto para o teste de Wald, este dado vem reafirmar a vulnerabilidade das crianças e a necessidade de um enfoque das políticas públicas voltados a essa faixa etária.

O coeficiente da variável JOVEM_1 apresentou correlação positiva com a probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre. O valor da estatística Wald associada a contribuição marginal desta variável indica que esta variável possui uma boa participação na explicação deste modelo. Muitas vezes sem uma qualificação profissional adequada e com uma experiência limitada por sua própria idade o jovem enfrenta problemas em sua inserção no mercado de trabalho. Os problemas de inserção dos jovens no mercado de trabalho também se manifestam através da ocupação de postos vulneráveis e das suas baixas remunerações. O resultado encontrado pode estar associado a esses fatores.

A variável ADUL25_1 apresentou o sinal do coeficiente igual ao esperado. Esta variável apresentou relação negativa com a probabilidade de pertencer a uma família pobre, o que indica que quanto maior o número de indivíduos nesta faixa etária na mesma família maior as chances do indivíduo pertencente a esta família não ser pobre. Uma explicação para isso poderia ser que nesta faixa etária as taxas de desemprego começam a apresentar redução se comparadas com as faixas de idades inferiores. No entanto, esta faixa não apresentou grande importância segundo a estatística Wald.

Ao analisar a variável referente ao número de pessoas na faixa dos 40 aos 59 anos é possível observar que esta apresenta sinal negativo para o seu coeficiente o que indica relação negativa com a probabilidade de ser pobre. Dentre todas as variáveis relativas a faixa etária que apresentaram sinal negativo para o coeficiente está foi a faixa de maior importância segundo a estatística Wald. As pessoas nessa faixa etária apresentam as menores taxas de desemprego, o que sugere uma maior inserção no mercado de trabalho o que talvez possa explicar este resultado.

A variável ADUL_60 apresentou sinal negativo para o coeficiente. Este dado indica que muito provavelmente as aposentadorias dos idosos têm um papel importante na renda familiar. Segundo foi descrito no capítulo 2, o idoso hoje está em melhores condições de vida, uma parcela maior tem casa própria e contribui significativamente na renda familiar.

O sinal do coeficiente da variável CHEFEM_1 sugere que o fato do chefe da família ser do gênero feminino favorece a probabilidade das pessoas pertencentes a esta família serem pobres. As mulheres em geral possuem o salário abaixo da média dos homens, este fator aliado ao fato de que muitas mulheres que são chefes de família não possuem o apoio financeiro do cônjuge e também a necessidade de dedicar parte de seu dia ao cuidado dos filhos pode explicar este resultado.

Dentre as variáveis consideradas a que apresentou maior importância em termos de contribuição marginal foi a presença de indivíduos desempregados na família do indivíduo (DSITDE_2). A estatística Wald dessa variável também sugere esta importância, ou seja, a

presença de indivíduos desempregados está fortemente correlacionada positivamente com a pobreza. Além da explicação óbvia de que um componente desempregado é um a menos para auxiliar na casa; outro fator seria o baixo nível dos rendimentos em geral na RMS, o que faz com que os outros indivíduos não consigam sustentar a casa na ausência de uma das fontes de rendimento.

A variável que representa a presença de inativos na família apresentou correlação positiva com a probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre. Este é um dado interessante, pois entre os inativos encontram-se os aposentados e nas regiões do interior do Estado da Bahia muitas vezes são os aposentados que sustentam toda a família apesar da baixa renda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A RMS apresentou percentuais elevados de pobreza nos dois anos estudados, passando de 52,4% em 1997 para 58,4% em 2003. Estes percentuais apontam para a necessidade de estabelecimento de políticas de combate a este problema social.

A pobreza na RMS ainda se encontra bastante atrelada à desigualdade na repartição da renda e, principalmente, na desigualdade de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. E esta diferenciação da remuneração do trabalho, principal fonte de recursos da família, está em grande parte ligada a distinção das características dos indivíduos. No período observado houve uma redução desta diferença de rendimentos. No entanto, esta foi causada por uma redução dos níveis superiores de rendimento e não pelo crescimento dos níveis inferiores o que aprofunda ainda mais as dificuldades da população.

Após a comparação do perfil da população pobre em relação à não-pobre observou-se que algumas características indicaram possuir uma maior influência nesta diferenciação. Estas características foram o gênero, a cor, o nível de escolaridade, a idade dos componentes, famílias com chefia feminina, presença de inativos e a situação ocupacional dos membros da família.

As mulheres estiveram mais presentes entre os pobres do que os homens. Apesar disso, essa diferença não foi muito elevada e apresentou redução no período indicando uma possível redução na diferenciação entre homens e mulheres. Com relação a cor, o percentual de negros entre os pobres foi maioria absoluta apresentando percentuais superiores aos encontrados na população em geral. Aqueles indivíduos que apresentaram um maior nível de escolaridade estiveram associados a uma menor incidência de pobreza. Sendo que a população como um todo apresentou um maior nível de escolaridade. Os pobres apresentaram um maior percentual de crianças nos dois períodos observados, enquanto que a presença de idosos na família esteve associada a menores índices de pobreza. A participação das mulheres na chefia da família aumentou no período e a maioria das mulheres chefes de família apresentaram a condição de pobreza.

Um ponto que é bastante intuitivo, e que os dados vieram para reforçar, é a questão do desemprego. Em todas as classes e segmentos observados, a população pobre apresentou taxas de desemprego superiores chegando algumas vezes ao dobro do outro segmento.

No entanto, estas características não apresentam a mesma importância na influência de pertencer a uma família pobre. A partir do modelo logit realizado, com base nestes resultados do perfil da população, verificou-se que as variáveis que mais indicaram possuir significância para explicar essa situação foram a baixa escolaridade, presença de desempregados na família, presença de crianças na família, presença de jovens na família e cor. Estes atributos são, portanto os mais relacionados à probabilidade do indivíduo pertencer a uma família pobre.

Fica evidenciada a diferença no perfil destas duas populações. Assim, uma política de combate a pobreza deveria direcionar seus esforços no sentido de minorar as diferenças das pessoas com o perfil apresentado e ampliar o número de postos de trabalho. Para erradicar a pobreza é necessário definir uma estratégia que confira prioridade a uma melhor remuneração e inserção no mercado de trabalho e isto requer um processo de capacitação do indivíduo e redução da discriminação.

REFERÊNCIAS

ADDISON, Tony, DEMERY, Lionel. O alívio da pobreza pelo ajuste estrutural. **Finanças e Desenvolvimento**, v.7, n.4, p.41-43, dez. 1987.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. A pobreza está agravando o desemprego na cidade. **A TARDE**, Salvador, 07/05/2000, Caderno de Empregos, p. 8.

BANCO MUNDIAL, **O combate à pobreza no Brasil**. Relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza urbana. Disponível em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_document/1512.html. Acesso em 03 nov. 2004, 40 p.

BANCO MUNDIAL, **Vozes dos pobres**. Brasil – Relatório Nacional. Disponível em: http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_document/1512.html. Acesso em 03 nov. 2004, 113 p.

BARONE, Márcia. **Pobreza, transporte e inclusão social**. Disponível em: http://www.stm.sp.gov.br/antp_2004/270.pdf. Acesso em 16 fev. 2005, 10 p.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio. As causas da pobreza no Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org). **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994. p.81 – 112.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1995. 31 p., Texto para Discussão, 366.

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A desigualdade da pobreza: Estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1997a. 39 p., Texto para Discussão, 453.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda:** Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1997b. 59 p., Texto para Discussão, 454.

BARROS, Ricardo Paes de; CAMARGO, José Márcio MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estrutura do desemprego no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, mai. 1997c. 35 p., Texto para Discussão, 478.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 1997d. 22 p., Texto para Discussão, 528.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000a. p.177 – 229.

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000b.p.21- 47.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003a. 23 p., Texto para Discussão, 985.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **O índice de desenvolvimento da família (IDF).** Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003b. 25 p., Texto para Discussão, 986.

BIEWEN, Martin. Bootstrap inference for inequality, mobility and poverty measurement. **Journal of Econometrics.** n.108, p. 317-342, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia (coord.). **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999, 63 p., Texto para discussão, 681.

CAMARANO, Ana Amélia. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: IPEA, out. 2001, 27 p., Texto para discussão, 830.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Família e pobreza. In: Série Estudos e pesquisas: **Pobreza e desigualdades sociais**, Salvador: SEI, 2003, p.117 – 134.

DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Medidas de desigualdade e pobreza: Bahia, Nordeste e Brasil. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, nº 110, jul. 2003, p. 39-42.

DUCLOS, Jean-Yves. **Poverty and Equity: Theory and Estimation.** Québec: Univesité Laval, jan. 2002. 193 p.

ELLWANGER, Ria. **Relatório:** Participação na subcomissão técnica sobre Linhas de Pobreza – Projeto Política Nacional de Salários. Rio de Janeiro: IBGE, 1992, 15p. (mimeo).

FERNANDEZ, José Carrera; MENEZES, Wilson F. A demanda contingente por serviço público de esgotamento sanitário: Uma análise para a região da Bacia Hidrográfica do Alto do Subaé. **Nexos Econômicos**, Salvador, v.2, n.4, p.25-36, nov.2002.

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil:** luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC, fev. 2000. 29 p., Texto para discussão, 415.

GOMES, Darcilene Cláudio et al. **Indigência e pobreza em Uberlândia.** Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D43.PDF>. Acesso em: 06 out. 2004. 25p.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA; José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** São Paulo: IE/UNICAMP, jul. 2001, 60 p., Texto para discussão, 101.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA; José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Evolução da pobreza no Brasil: 1995/99.** São Paulo: IE/UNICAMP, nov. 2001, 35 p., Texto para discussão, 104.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846p.

GUPTA, Sanjeev, NASHASHIBI, Karim. A pobreza e os programas apoiados pelo Fundo. **Finanças e Desenvolvimento**, v. 10, n.3, p.12-14, set. 1990.

HELLER, Peter, Os programas de ajuste apoiados pelo Fundo e a pobreza. **Finanças e Desenvolvimento**, v.8, n.4, p.2-5, dez. 1988.

HOFFMANN, Rodolfo, **Distribuição de Renda: Medidas de desigualdade e pobreza.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

IBARRA, Antonio E. R. **Estudo sobre as metodologias para estimação da pobreza no Brasil: 1990-2001.** 2003. 211 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, 2003.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

LANJOUW, Peter. Infra-estrutura: um meio de ascensão para os pobres. **Finanças e Desenvolvimento**, v.15, n.1, p.31-33, mar. 1995.

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO; Ana Flávia. **Indicador de pobreza:** aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Out. 2003. 15 p., Texto para discussão, 223.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil.** Brasília: IPEA, out. 2003. 25 p., Texto para Discussão, 984.

MEDEIROS, Marcelo. **As fontes dos rendimentos dos ricos no Brasil.** Brasília: IPEA, mar. 2004. 31 p., Texto para Discussão, 1014.

MEDEIROS, Marcelo. **Estrutura familiar e rendimentos do trabalho dos ricos no Brasil.** Brasília: IPEA, mar. 2004. 21 p., Texto para Discussão, 1015.

MENDONÇA, Eduardo Luiz de. Reflexões críticas sobre a pobreza e sua mensuração no Brasil dos anos 1990. In: **Série Estudos e pesquisas:** Pobreza e desigualdades sociais, Salvador: SEI, 2003, p.75-84.

MENEZES, Wilson F.; FERNANDEZ, José Carrera. Discriminação Interna aos mercados formal e informal de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26, **Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia.** Vitória: SBE, 1998, v.2, p. 1199 – 1222.

MODELOS para dados binários: Regressão Logística. Salvador: Fac. de Estatística da UFBA, 2000, 30p. (mimeo.)

MONTALI, Lilia. **Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento.** Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/Paginas/XIVencontro_Programa.asp. Acessado em : 20 out. 2004.

MONTALI, Lilia. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. ABEP,1998. p. 2565-2606.

NERI, Marcelo. Combate à pobreza sustentável. **Conjuntura Econômica**. Disponível em: http://www.fgv.br/ibre/cps/artigos/Conjuntura/2001/RCE_10.pdf. Acesso em: 30 set. 2003.

NERI, Marcelo. **Por uma linha oficial de miséria**. Rio de Janeiro: Centro de políticas sociais do IBRE/ FGV, dez. 2002, 4 p.

NERI, Marcelo. Estabilização, salário mínimo e a redução recente da pobreza. **Conjuntura e Análise**, n.. 2, set. 1996. 8 p.

POCHMANN, Marcio. Pobreza e violência no município de São Paulo. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio2002/relatorio019.htm> . Acesso em: 18 jun. 2005.

PSACHAROPOULOS, George. O alívio da pobreza na América Latina. **Finanças e Desenvolvimento**, v.10, n.1, p.17-19, mar. 1990.

RAMOS, Carlos Alberto; SANTANA, Ricardo. **Quão pobres são os pobres**. Brasil: 1992-2001. Série textos para discussão. Texto nº 275, Brasília: UNB, jan. 2003. 26 p.

RAMOS, Diná Andrade Lima; LAZO, Aída C. G. Verdugo. **A vulnerabilidade econômica das famílias residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período 1991 – 2000**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/Paginas/XIV_encontro_Programa.asp. Acessado em: 20 out. 2004.

RAVALLION, Martin. Poverty lines in theory and practice. **Living Standards Measurement Study Working Paper**, Washington: the World Bank, n. 133, jul. 1998.

RIBE, Helena; CARVALHO, Soniya. O ajuste e os pobres. **Finanças e Desenvolvimento**, v.10, n.3, p.15-17, set. 1990.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 244p.

ROCHA, Sonia. **Renda e pobreza: os impactos no Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1996. 26 p., Texto para Discussão, 439.

ROCHA, Sonia. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95.** Rio de Janeiro: IPEA, jun. 1998. 27 p., Texto para Discussão, 567.

ROCHA, Sonia. **Renda e pobreza: medidas per capita versus adulto-equivalente.** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 1998. 20 p., Texto para Discussão, 609.

ROCHA, Sonia. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2000. 23 p., Texto para Discussão, 720.

RODRIGUES, Carlos Farinha. **Income Distribution and Poverty in Portugal: 1994/95.** Lisboa: CISEP, ISEG/Universidade Técnica de Lisboa, jun. 1999. 24 p.

ROMÃO, Maurício Costa. Pobreza: Conceito e Mensuração. **Cadernos de Economia;** Brasília: IPEA, n.13, fev. 1993.

SALLES, Vânia; TUIRÁN, Rodolfo. Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza. In: **Série Estudos e pesquisas: Pobreza e desigualdades sociais**, Salvador: SEI, 2003, p.65-74.

SALOP, Joanne. Reduzir a pobreza: um lema a difundir. **Finanças e Desenvolvimento**, v.12, n.4, p2-4, dez. 1992.

SAMUELSON, Robert J. **Os limites do dinheiro**. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/exame/37wash.html>. Acesso em 14 jan. 2002. .

SCHWARTZMAN, Simon. **The Statistical Measurement of Poverty**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdfs/rio.pdf>. Acesso em 03 fev. 2003.

THOMAS, Vinod. **Políticas de distribuição e conhecimento**. Rio de Janeiro: INAE, mai. 2004. 58 p., Estudos e Pesquisas, 69.

WALLE, Dominique van de. Políticas para reduzir a pobreza. **Finanças e Desenvolvimento**, v.10, n.3, p. 6-8, set. 1990.

WALTON, Michael. Combate à pobreza: experiência e perspectivas. **Finanças e Desenvolvimento**, v.10, n.3, p.2-5, set. 1990.

APÊNDICE A – CÁLCULO DO INPC AGREGADO DESPESAS PESSOAIS E EDUCAÇÃO PARA A RMS

Período	INPC percentual		Pesos		INPC ponderado
	Despesas pessoais	Educação	Despesas pessoais	Educação	
ago/99	0,04	0,68	6,774	4,1751	0,28
set/99	0,1	0,06	6,7527	4,1888	0,08
out/99	0,48	0,02	6,7392	4,1788	0,3
nov/99	0,12	0,18	6,7032	4,1376	0,14
dez/99	1,69	0,21	6,6682	4,1185	1,12
jan/00	0,35	0,5	6,7212	4,0907	0,41
fev/00	-0,11	4,95	6,7032	4,0858	1,81
mar/00	-0,25	0,18	6,6922	4,2859	-0,08
abr/00	2,88	0,17	6,705	4,3128	1,82
mai/00	-1,03	-0,14	6,8961	4,3189	-0,69
jun/00	2,35	0,41	6,8299	4,3159	1,6
jul/00	0,33	-0,04	6,9589	4,314	0,19
ago/00	0,65	0,19	6,9202	4,2744	0,47
set/00	-0,42	-0,28	6,8695	4,2239	-0,37
out/00	0,29	0,03	6,8149	4,1963	0,19
nov/00	0,55	0,05	6,8334	4,1967	0,36
dez/00	0,04	0,09	6,8482	4,1853	0,06
jan/01	0,2	0,66	6,8251	4,1735	0,37
fev/01	0,08	3,6	6,7323	4,1357	1,42
mar/01	-0,28	0,11	6,7014	4,2615	-0,13
abr/01	0,69	0,1	6,6593	4,251	0,46
mai/01	0,83	0,11	6,6511	4,2211	0,55
jun/01	0,31	0,19	6,6351	4,1808	0,26
jul/01	0,82	0,52	6,637	4,1767	0,7
ago/01	2,7	-0,08	6,6321	4,161	1,63
set/01	0,68	-0,05	6,7346	4,1106	0,4
out/01	1,16	0,26	6,693	4,0557	0,82
nov/01	0,96	0,47	6,7084	4,029	0,78
dez/01	0,98	0,04	6,6937	4,0009	0,63
jan/02	0,79	0,17	6,6964	3,965	0,56
fev/02	0,41	4,04	6,6675	3,9237	1,75

Período	INPC percentual		Pesos		INPC ponderado
	Despesas pessoais	Educação	Despesas pessoais	Educação	
mar/02	-0,01	0,4	6,6898	4,0794	0,15
abr/02	0,2	0,36	6,6602	4,0783	0,26
mai/02	0,13	-0,05	6,6248	4,063	0,06
jun/02	0,08	0,19	6,6202	4,053	0,12
jul/02	0,95	0,36	6,5536	4,0166	0,73
ago/02	0,57	0,12	6,5444	3,9876	0,4
set/02	1,11	0,16	6,5188	3,954	0,75
out/02	0,96	0,44	6,5166	3,9155	0,76
nov/02	0,93	0,09	6,5063	3,889	0,62
dez/02	3,06	0,35	6,3604	3,7703	2,05
jan/03	1,41	0,71	6,3742	3,6791	1,15
fev/03	1,33	7,15	6,2717	3,5948	3,45
mar/03	0,9	0,09	6,2375	3,7807	0,59
abr/03	-0,55	0,23	6,2193	3,7396	-0,26
mai/03	-0,12	0,28	6,1249	3,7117	0,03
jun/03	0,23	0,39	6,049	3,6805	0,29
jul/03	0,6	0,61	6,0416	3,682	0,6
ago/03	1,6	0,37	6,0662	3,6975	1,13
set/03	1,05	0	6,1709	3,716	0,66
out/03	1,43	0,28	6,1244	3,6495	1
nov/03	0,66	-0,3	6,1937	3,649	0,3
dez/03	1,18	0,28	6,2104	3,624	0,85

Fonte: IBGE. Cálculos próprios.

**APÊNDICE B – CÁLCULO DO INPC AGREGADO TRANSPORTE E
COMUNICAÇÃO PARA A RMS**

Período	INPC percentuais		Peso		INPC ponderado
	Transportes	Comunicação	Transportes	Comunicação	
ago/99	0,49	0,06	14,1049	3,5467	0,40
set/99	-0,03	-0,03	14,1251	3,5363	-0,03
out/99	0,72	0	14,0791	3,5248	0,58
nov/99	0,26	0,02	14,0384	3,4894	0,21
dez/99	0,5	0,14	13,9841	3,4676	0,43
jan/00	-0,25	0,11	13,9293	3,4417	-0,18
fev/00	0,01	0,18	13,8091	3,4244	0,04
mar/00	0,72	0,94	13,803	3,4286	0,76
abr/00	-0,13	0,09	13,9648	3,4763	-0,09
mai/00	0,42	-0,08	13,9417	3,4782	0,32
jun/00	-0,05	2,29	14,0099	3,4779	0,42
jul/00	0,37	6,74	13,9398	3,5413	1,66
ago/00	1,01	0,02	13,8679	3,7468	0,80
set/00	0,01	0,04	13,8165	3,6961	0,02
out/00	0,3	-0,04	13,7666	3,6837	0,23
nov/00	0,28	0,78	13,8044	3,6815	0,39
dez/00	0,11	0,22	13,7976	3,698	0,13
jan/01	7,34	0,05	13,7603	3,6922	5,80
fev/01	2,04	0,64	14,5401	3,6364	1,76
mar/01	0,41	0,4	14,7569	3,6397	0,41
abr/01	-0,29	-0,02	14,7649	3,6414	-0,24
mai/01	0,04	-0,02	14,6029	3,6114	0,03
jun/01	-0,05	1,19	14,4533	3,5723	0,20
jul/01	0,81	5,14	14,4057	3,6045	1,68
ago/01	-0,06	-0,42	14,3933	3,7559	-0,13
set/01	6,96	-0,02	14,2223	3,698	5,52
out/01	1,34	0,14	15,0164	3,6498	1,11
nov/01	-0,12	-0,06	15,0788	3,6214	-0,11
dez/01	-0,01	0	14,884	3,5769	-0,01
jan/02	-0,67	1,94	14,7437	3,5435	-0,16
fev/02	-0,48	0,4	14,4681	3,5684	-0,31

Período	INPC percentuais		Peso		INPC ponderado
	Transportes	Comunicação	Transportes	Comunicação	
mar/02	0,39	0,02	14,3881	3,5803	0,32
abr/02	0,58	0,01	14,3815	3,5657	0,47
mai/02	2,3	0,07	14,3601	3,54	1,86
jun/02	5,2	0,22	14,6624	3,5356	4,23
jul/02	1,02	9,13	15,2568	3,505	2,54
ago/02	-0,44	0,38	15,2459	3,7837	-0,28
set/02	0,03	0,11	15,0338	3,7618	0,05
out/02	0,51	0,06	14,8683	3,7231	0,42
nov/02	1,46	0,05	14,7777	3,684	1,18
dez/02	0,04	-0,05	14,5232	3,5703	0,02
jan/03	7,23	-0,05	14,128	3,4701	5,79
fev/03	6,91	2,69	14,6977	3,365	6,12
mar/03	-0,1	1,42	15,4233	3,3915	0,17
abr/03	-0,14	0	15,2263	3,3991	-0,11
mai/03	-0,24	0,04	15,056	3,3657	-0,19
jun/03	-0,16	0,62	14,8514	3,3294	-0,02
jul/03	-0,43	7,95	14,7765	3,3386	1,11
ago/03	0,16	0,67	14,6853	3,5972	0,26
set/03	10,14	1,5	14,7276	3,6259	8,43
out/03	0,45	-0,15	15,9317	3,6145	0,34
nov/03	0,14	0,04	15,9567	3,5984	0,12
dez/03	0,06	-0,01	15,9181	3,5862	0,05

Fonte: IBGE. Cálculos próprios.

APÊNDICE C - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DOS ITENS ALIMENTARES E NÃO-ALIMENTARES POR CATEGORIAS PARA A RMS

Moeda	Despesa alimentar	Habitação	Artigos de Vestuário residência	Transporte Comunicação	Saúde e		Outras	Despesa não alimentar		LP Total
					Cuidados Pessoais	Despesas pessoais				
Cr\$ set.90	2.721,26	709,22	432,00	878,70	624,65	694,19	1.025,61	868,13	5.232,50	7.953,76
R\$ dez.1997	36,17	15,99	3,13	4,05	12,13	16,47	18,85	12,32	82,95	119,12
R\$ dez.1998	37,55	16,69	3,09	4,05	11,95	17,20	19,46	12,61	85,03	122,59
R\$ dez.1999	40,09	17,67	3,22	4,28	13,81	19,60	20,12	13,53	92,24	132,32
R\$ dez.2000	41,73	18,54	3,42	4,32	14,44	19,91	21,13	14,09	95,85	137,58
R\$ dez.2001	47,74	20,96	3,59	4,51	16,89	21,01	22,77	15,72	105,45	153,20
R\$ dez.2002	57,52	25,19	4,03	4,89	18,70	23,53	25,56	18,09	119,98	177,50
R\$ dez.2003	61,21	28,15	4,40	5,50	23,16	26,77	29,01	20,24	137,22	198,44

Fonte: Rocha 2003. Cálculos próprios.